

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -MESTRADO

**DO VALOR DO ESPAÇO AO VALOR NO ESPAÇO NO DISTRITO
CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS – SC): Loteamento Novo
Campeche e Loteamento Areias do Campeche**

PAULO CÉSAR DA FONSECA NEVES

Dissertação de Mestrado

Florianópolis, 2003

PAULO CÉSAR DA FONSECA NEVES

**DO VALOR DO ESPAÇO AO VALOR NO ESPAÇO NO DISTRITO
CAMPECHE (FLORIANÓPOLIS – SC):
Loteamento Novo Campeche e Loteamento Areias do Campeche**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Florianópolis, 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que direta ou indiretamente me estimularam a desenvolver este trabalho com a coragem necessária para enfrentar o desafio de passar as idéias da cabeça para o papel.

Muito em particular e com carinho incomensurável, à professora Maria Dolores Buss, minha eterna orientadora. Desde os tempos da graduação, com sua perspicácia, persistência e crença na capacidade de cada um e de todos os seus alunos-orientandos, mostrou-nos o gozo possível com o objetivo atingido. A ela ofereço grande parte desta conquista. Ao professor Nazareno, pela solidariedade e amizade. À Marli, pelo carinho e paciência. Ao Programa de Pós-Graduação desta Universidade pela compreensão para comigo, principalmente nestes últimos anos, complexos. Ao professor Idaleto Malvezzi Aued pela tranquilidade, competência e companheirismo que me propiciaram equilíbrio para, andando num fio de navalha, chegar do outro lado da ponte.

Aos moradores nativos do Campeche, principalmente ao Sr. Gino Bregue, pelas informações e vivências que me permitiram compreender a existência, anseios e aspirações da população nativa a partir de seus pontos de vista e da recuperação da memória da comunidade.

A todos, meus sinceros agradecimentos!

***SOBRE A MANEIRA DE
CONSTRUIR OBRAS DURADOURAS***

Quanto tempo
Duram as obras? Tanto quanto
Ainda não estão completadas.
Pois enquanto exigem trabalho
Não entram em decadência.

Convidando ao trabalho
Retribuindo a participação
Sua existência dura tanto quanto
Convidam e retribuem

As úteis
Requerem gente
As artísticas
Têm lugar para a arte
As sábias
Requerem sabedoria
As duradouras
Estão sempre para ruir

As planejadas com grandeza
São incompletas

Ainda imperfeitas
Como o muro que espera pela hera
(Ele foi incompleto
Há muito, antes de vir a hera, nu!)
Ainda pouca sólida
Como a máquina que é utilizada
Mas não satisfaz
Mas é promessa de uma melhor
Assim deve ser construída
A obra para durar
Como a máquina cheia de defeitos.
(....)

Bertolt Brecht

GROSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APP - rea de Preservação Permanente

ASFISSI - Associação dos Servidores do Sistema FIESC

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econmico

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CASAN – Companhia de Saneamento Básico

CECCA – Centro de Estudos, Cultura e Cidadania

CTG - Centro de Tradições Gaúchas

Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

ETF/SC – Escola Técnica Federal de Santa Catarina

FATMA - Fundação para o Amparo da Tecnologia e Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

LNC - Loteamento Novo Campeche

LAC - Loteamento Areias do Campeche

LAI - Licença Ambiental de Instalação

PDC - Plano Diretor do Campeche

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	2
ABSTRACT	3
1. INTRODUÇÃO	4
2. PANORÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPECHE	
2.1. Caracterização do bairro e intervenções do Poder Público	8
2.2. O Campeche como possibilidade de qualidade de vida	21
3. DA ILHA DE SANTA CATARINA AO DISTRITO CAMPECHE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	
3.1. Formação Sócio-espacial de Santa Catarina	27
3.2. Breve histórico do Distrito Campeche	35
3.3. A percepção da população nativa das transformações sócio- espaciais do Distrito Campeche	42
4. AS METAMORFOSES DO BAIRRO CAMPECHE E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA	
4.1. O Campeche como Espaço de Valor-De-Uso	60
4.2. O Campeche como Espaço de Valor-de-Troca	67
5. NOVOS MORADORES: TEMPO E ESPAÇO MODERNOS	
5.1. O Loteamento Areias do Campeche	79
5.2. O Loteamento Novo Campeche	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
<i>Referências Bibliográficas</i>	
<i>Anexos</i>	

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de organização sócio-espacial decorrente do modo como os homens organizam sua existência no modo de produção capitalista. Contemporaneamente, observamos um acelerado processo de ocupação sócio-espacial, cujas transformações são marcadas pela homogeneização das práticas sociais, pela fragmentação crescente do espaço, pela segregação dos diferentes segmentos sociais, pela especulação fundiária e exclusão da população de baixa renda, entre outros aspectos, que expressam a dinâmica de acumulação do capital.

Toma-se como objeto o bairro Campeche, em Florianópolis – SC, focalizando os loteamentos Areias do Campeche e Novo Campeche, que concretizam distintos processos de valorização espacial, do e no espaço.

Buscamos recuperar o processo de ocupação da região em questão a partir da contextualização histórica da formação sócio-espacial, do papel do poder público por meio da análise do Plano Diretor atual e da coleta de dados com moradores, dados esses imprescindíveis para conhecer a realidade atual e compreender a percepção da população nativa em relação às transformações ocorridas ao longo dos tempos, trazendo à baila os conflitos e as contradições existentes. Para isso, foram realizadas entrevistas com esses sujeitos para resgatar suas trajetórias de vida e a re-significação do espaço concomitante com os principais marcos das transformações sócio-espaciais, buscando identificar os interesses conflitantes diante dos processos de ocupação em curso, os desafios colocados e as formas de resistência da população local.

PALAVRAS-CHAVE:

Bairro Campeche – valorização da terra – modos de vida – valor do espaço – valor no espaço

ABSTRACT

The goal of the present paper is the analysis of the process of social and spatial organization that is result of the way mankind organize their existence in the capitalistic production system. Nowadays we observe an accelerated process of socio-spatial occupation. Its transformation is marked by homogenization of the social practices, by the growing fragmentation of land, by agrarian speculation and exclusion of the low income population, among other aspects that express the dynamics of the accumulation of capital.

The object taken is the neighborhood of Campeche, in Florianopolis – SC, focusing on the building lots Areias do Campeche and Novo Campeche, which materialize distinct processes of spatial valuation, of space e on space.

We search to recover the process of occupation of the region, from the historic context of the social-spatial formation and of the authorities' role, through the analyses of the current managing plan, and the collection of data among the inhabitants. This data that is essential to knowing the current reality and to understanding the local population's perception relating to the transformation that occurred through time, bringing up the existent conflicts and contradiction. In order to do so, this people were interviewed so we could ransom their life courses and the re-signification of space concomitant to the main marks of social-spatial transformation, aiming to identify the conflicting interests in face of the processes of occupation in course, and the main challenges placed, as well as the ways of resistance the local people found.

KEYWORDS:

Campeche – land valuation – ways of living – space value – value on space

1. INTRODUÇÃO

A crescente urbanização de Florianópolis, decorrente do processo de expansão capitalista nas últimas décadas, vem determinando transformações sócio-espaciais significativas nas distintas localidades da cidade, marcada pela lógica de acumulação do Capital de reprodução do *valor do espaço e valor no espaço*¹, que pode ser observado:

- a) na expansão da infra-estrutura e na ampliação da malha urbana;
- b) no adensamento da ocupação do solo;
- c) na metamorfose do antigo modo de vida dos moradores nativos;
- d) na mudança do perfil social da população local com a redução da população nativa com a fixação de novos habitantes de diferente perfil social (origens, aspirações e projetos de vida);
- e) na homogeneização, fragmentação e segregação sócio-espacial;
- f) na incorporação e transformação do rural em urbano;
- g) na re-significação da terra como valor-de-uso para valor-de-troca e;
- h) no *locus* de valorização imobiliária.

Todos estes aspectos estão presentes no Sul da Ilha de Santa Catarina e, em particular, a Região do Distrito Campeche², um dos atuais vetores de

¹ Conforme MORAES, o **valor do espaço** é o valor contido. O lugar e seus recursos naturais ou construídos; o espaço concreto como ele se apresenta para a produção; o receptáculo do trabalho humano historicamente acumulado. Por ser o espaço concreto um valor de troca, define-se a possibilidade de **valor no espaço**.

² Tratamos como Campeche o distrito do município de Florianópolis-SC; de localidade do Campeche, a área como a tratavam os antigos moradores nativos: Mato de Dentro, Pau de Canela, Mato de Fora e Região do Campeche, conforme definição no Plano Diretor do

expansão urbana da cidade de Florianópolis – SC – que materializam transformações de forma mais aguda e aparente. A re-significação do uso e posse da terra, de valor-de-uso para valor-de-troca (como mercadoria capitalista), tem sido a expressão mais concreta na dinâmica local.

De área rural, como era legalmente considerada até recentemente, a região passa a ser marcadamente urbana. A organização, a desorganização e a reorganização sócio-espaciais manifestam-se em todo o Campeche e, mais expressivamente, nos dois loteamentos conhecidos como Novo Campeche e Areias do Campeche, objetos de nosso estudo.

Ao analisar o processo de formação do Campeche, percebemos as nuances do processo de produção e reprodução do espaço e suas manifestações específicas locais, no momento atual. Nesse complexo processo de transformação sócio-espacial em curso, em que temos a metamorfose da estrutura fundiária, observamos a homogeneização das práticas sociais, a fragmentação crescente do espaço, a segregação dos diferentes segmentos sociais, realidade esse que expressa a lógica de valorização no espaço.

Para compreender essas recentes transformações na estrutura fundiária, particularmente nos anos 1990, analisaremos a lógica que prevaleceu e que potencializou o crescimento dos loteamentos, tendo como mote a ampliação das construções residenciais, fenômenos estes, impulsionados pelo Plano Diretor do Campeche – PDC – e pela construção da Via Expressa Sul.

Campeche, o conjunto das seguintes localidades: Tapera, Alto Ribeirão, Campeche, Morro das Pedras, Rio Tavares e Carianos.

As duas áreas específicas escolhidas para a análise, a saber, o Loteamento Novo Campeche – LNC – e o Loteamento Areias do Campeche – LAC – nos fornecem uma série de elementos para a compreensão desse fenômeno e seus desdobramentos.

Dentre os objetivos deste trabalho, destacamos a investigação sobre:

- as transformações ocorridas entre os segmentos da população residente;
- as relações que tais segmentos desenvolveram e desenvolvem com o espaço próximo;
- as diferenciações no espaço derivadas dos reflexos das condições de existência dessas populações;
- a constituição das diferenças na espacialização, decorrentes da mesma lógica que se materializa de formas concretas e desiguais nos loteamentos em questão, situando-a no contexto de transformação do distrito Campeche.

A análise - por meio da recuperação da história da espacialização original do Campeche - desses aspectos busca, ainda, contribuir para a compreensão de como distintas parcelas da população participam da “construção” do espaço, bem como de suas formas de organização internas e de resistência e/ou proposição, frente às mudanças em curso.

Nos capítulos 1, 2 e 3 reconstituiremos a formação sócio-espacial e a contínua transformação do Campeche. Desde o processo de colonização pelas primeiras famílias que se instalaram na localidade em fins do século XIX, vindas da Lagoa da Conceição até tempos recentes, das décadas 70, 80 e 90

do século XX e mesmo na virada do milênio, com a densa ocupação das terras do bairro por uma nova população.

No capítulo 4 enfocaremos o processo de constituição dos Loteamentos Novo Campeche e Areias do Campeche, instalados em terrenos com embasamento físico semelhante com restinga, dunas semifixas e vegetação praial, que foram ocupados por segmentos populacionais distintos, resultantes da dinâmica sócio-econômica decorrente do modo de produção existente no qual temos uma composição social e características das construções e dos próprios loteamentos muito diferentes.

Por fim, trabalharemos a similaridade dos processos, tanto no Campeche em geral, quanto nos Loteamentos Novo Campeche e Areias do Campeche, quanto ao processo motriz da valorização do e no espaço.

5. PANORÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPECHE

5.1. *Caracterização do Bairro e Intervenções do Poder Público*

Para a compreensão das modificações sócio-espaciais que ocorrem no Campeche é necessário, primeiramente, o conhecimento das dinâmicas sócio-espaciais existentes, entendida como dimensões do modo de produção capitalista. Tal entendimento possibilita perceber no plano local a concretização dessa lógica.

Conforme aponta CARLOS³, precisamos compreender as leis gerais de produção sócio-espacial visando desvendar o processo de (re) produção da sociedade e, ao mesmo tempo do espaço, sendo este entendido como materialização das relações sociais em dado momento histórico, como parcela do espaço urbano que (re) produz-se. Além disso, precisamos compreender quais relações sociais comandam tal processo. O espaço geográfico é uma criação social e histórica que se dá no plano concreto e de forma dinâmica. Portanto, envolve uma complexidade de aspectos que precisamos desvendar.

Neste sentido coloca-se como desafio de análise, a investigação do fenômeno social e a compreensão do espaço e das relações sociais produzidas. A autora propõe como fio condutor da análise que, ao produzir a

³ Carlos, Ana Fani. *A (re) reprodução do espaço urbano: o caso de Cotia*. São Paulo : USP. Pesquisa CPNq, [1980].

sua vida, a história e a realidade, a sociedade produz espaço geográfico por meio do *trabalho* como atividade humana. Desta forma, tomamos a categoria trabalho como estruturante do processo produtor do espaço geográfico. É por meio do trabalho que os homens realizam o intercâmbio orgânico e permanente com a natureza para a produção de suas existências.

Dessa forma, abordaremos os modos de vida da população nativa do Bairro Campeche a fim de recuperar as dimensões concretas das transformações ocorridas e como os sujeitos na localidade produzem sua vida, pelo trabalho.

Tal abordagem situa-se no contexto das grandes transformações na organização sócio-espacial no Brasil, no Estado de Santa Catarina que, por conseguinte, se manifestam na cidade de Florianópolis e mais especificamente, no distrito Campeche. São materializações do modo de produção capitalista, em sua fase atual de acumulação, que tem como implicações a valorização dos espaços historicamente definidos e as transformações sócio-econômicas e culturais da população local.

MORAES aborda que:

Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, não como panacéia teórica, mas como mediação particularizadora. Cada modo de produção terá o seu modo particular de valorização. (MORAES : 1984, p. 122).

Em relação as intervenções do poder público municipal da cidade de Florianópolis, segundo o Planejamento Urbano, temos uma projeção de

ocupação de 450.000 pessoas para os próximos anos na Região do Campeche (assim denominada no Plano Diretor do Campeche – PDC –, de 1995), que é objeto de construção de um projeto referência de urbanização.

Este plano diretor elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF –, provocou intensa mobilização da comunidade quanto aos diversos impactos que provocariam no local e foi submetido a alterações. Foi proposto um Plano Diretor Alternativo, contendo sugestões a partir dos interesses dos moradores locais⁴.

A velocidade das modificações verificadas recentemente na Região do Campeche como, por exemplo, o aumento vertiginoso da população e da área construída, somadas às projeções de ampliação da população nas duas próximas décadas, contidas no PDC/95, contrasta com a dinâmica de ocupação que prevalecia em momentos anteriores. Essas modificações redefinem não somente a organização espacial como também as temporalidades, os ritmos locais e a vida das sociedades. Conforme SANTOS:

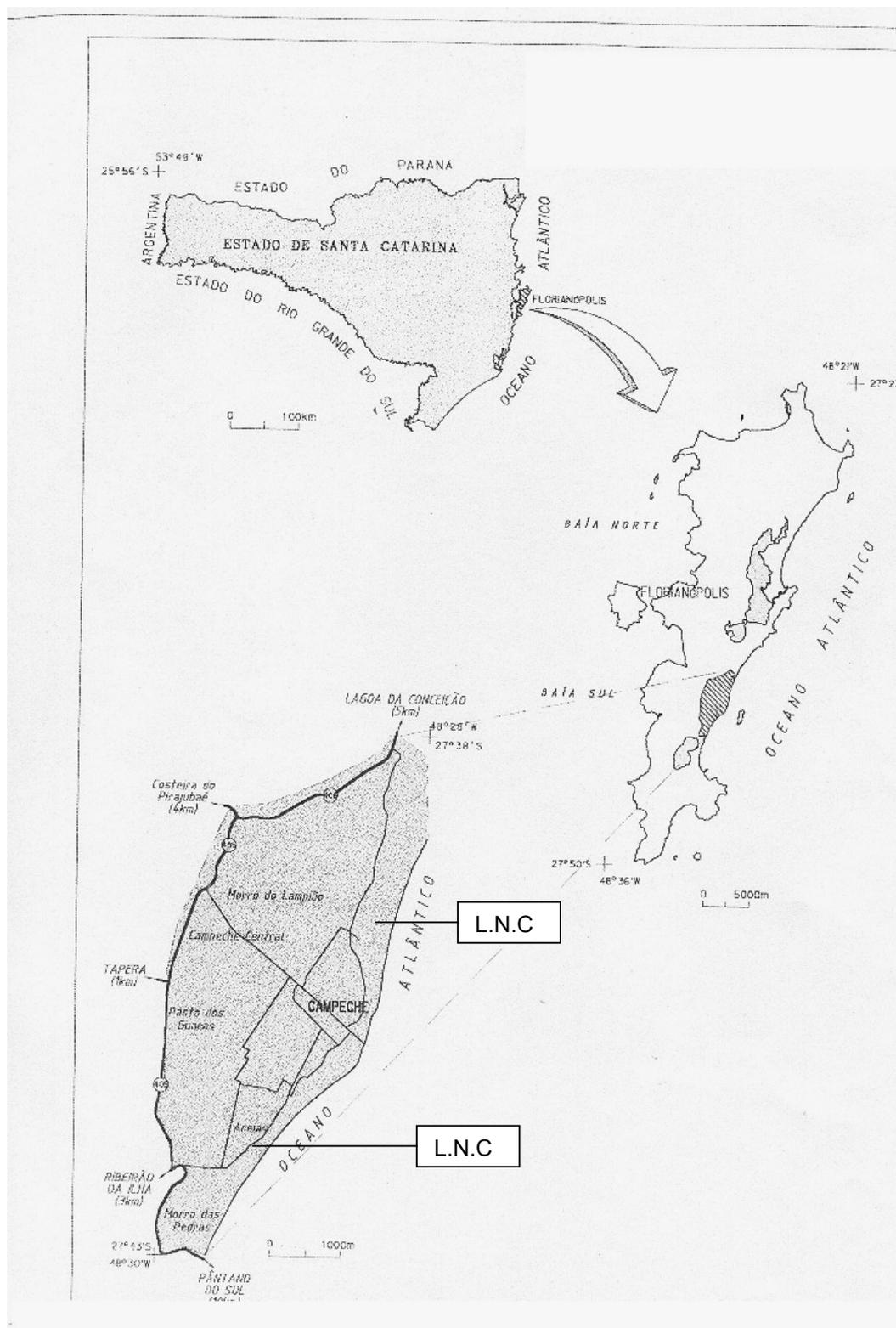
O espaço é a acumulação desigual de tempos. O momento passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”. Se quisermos apreender o presente como história (...), devemos ver o passado como algo que encerra as raízes do presente. A compreensão do agora e aqui, a atualidade em sua dupla dimensão espacial e temporal. (SANTOS : 1986)

⁴ Encontrava-se em fase de votação, no ano de 2002, na Câmara Municipal de Florianópolis o projeto original do IPUF, com algumas das substituições sugeridas.

Para compreendermos os processos em curso necessitamos recuperar a história da formação sócio-econômica da cidade de Florianópolis, do Campeche e dos Loteamentos Novo Campeche e Areias do Campeche, que conformam as bases dos distintos tempos e construção do espaço atual.

As duas áreas escolhidas para realizarmos nossa investigação localizam-se na região litorânea sul do Brasil, porção Leste do Estado de Santa Catarina e ao Sul da Ilha de Santa Catarina. Situada entre 27°35'48 "e 27°43'42" de latitude S e 48°24'36 "e 48°30'42" de longitude W está distante cerca de 20km do centro da cidade de Florianópolis, conforme podemos observar no mapa a seguir:

**MAPA 1: LOCALIZAÇÃO DO LOTEAMENTO AREIAS DO CAMPECHE –
L.N.CE DO LOTEAMENTO NOVO CAMPECHE – L.A.C**



Fonte: IBGE, 2000. Adaptado de Souza, José Roberto

O distrito Campeche está circunscrito entre as Ruas Pau de Canela, trecho da SC 405, da Avenida Pequeno Príncipe, Lagoa da Chica, Oceano Atlântico e Rua Pau de Canela. Para melhor visualizá-lo, segue o mapa abaixo:

MAPA 2: DISTRITO DO CAMPECHE



Fonte: IBGE, 2000. adaptado de Souza, José Roberto

Em 1970 residiam no distrito do Campeche 4.607 pessoas. Em 1980, temos 7.380 habitantes. Já em 2000, segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, constavam 18.570 residentes.

A região caracteriza-se por planície sedimentar de origem marinha, situada entre os maciços: ao Sul, Morro do Ribeirão e ao Norte, Morro da Costa da Lagoa. Limita-se ao Norte e Nordeste com a Lagoa da Conceição e praia da Joaquina; ao Sul com o Morro das Pedras; a Sudoeste e Oeste com as localidades do Alto Ribeirão, Carianos e mangue do Rio Tavares; a Leste situa-se o Oceano Atlântico.

A região do Campeche é constituída por praias arenosas, com dunas móveis, fixas e semifixas; contendo vegetação litorânea característica de restingas com formações lacustres e manguezais. Para se ter uma idéia da constituição física da região consultar as fotos constantes nos anexos I, II e III.

Tem como principais componentes naturais: a Lagoa Pequena e Lagoa da Chica; os rios Tavares, Rafael e Noca; lençóis subterrâneos (utilizados para o abastecimento de água da população de parte do Sul da Ilha de Santa Catarina) e a praia do Campeche; Morro do Lampião, dunas e restingas; Mangue do Rio Tavares, vegetação de praia e vestígios de Mata Atlântica.

Como componentes culturais e históricos da região, temos: a Capela do Campeche (Igreja de São Sebastião); o campo de aviação e hangar; antigos engenhos de farinha, de cana-de-açúcar e de beneficiamento de café; antigas construções como a casa de pedra e engenho construídos em 1888 (ANEXO IV) que foram destruídos em 2002, apesar de serem patrimônios tombados; trilhas ao Morro do Lampião e Lagoa Pequena; inscrições rupestres localizadas

na Ilha do Campeche; sítios arqueológicos no Rio Tavares e resquícios de campos agrícolas.

O Loteamento Novo Campeche e o Loteamento Areias do Campeche situam-se sobre restinga entre a planície e o mar, que compõe toda a margem oriental do Campeche. São áreas contíguas à Lagoa Pequena e à Lagoa da Chica, espaços tombados segundo Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, Lei municipal nº 1.202, de 02/04/74, conforme publicação do Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA – .

São espaços contíguas à Área de Preservação Permanente – APP – com dunas móveis e restingas, caminhos historicamente utilizados pelos moradores nativos quando se deslocavam de suas casas para o mar. São expressões peculiares das diferenças na materialização espacial pelos diferentes segmentos sociais, que ao longo deste trabalho explicitaremos.

Conforme Valter Chagas⁵, morador do bairro, abordando sobre o Loteamento Novo Campeche conta que: *“a localidade recebia águas da lagoa em épocas de chuvarada, que ‘vazavam’ para o mar pela ‘Picada da Vala’, a Leste do atual loteamento.”*

Suas dunas fazem parte do estoque de areias que se movimentam regularmente, estabelecendo um processo de deposição e erosão naturais, ao longo dos anos. Parte da área do loteamento em questão pertencia à família

⁵ Valter Chagas, 44 anos, nativo do lugar, neto do Sr. Hipólito Chagas e filho de Euclides Chagas. Foram entrevistados vários membros da família Chagas, que estão a pelo menos três gerações residindo na região e que, portanto, acompanharam as mudanças ocorridas ao longo dos tempos.

Chagas. A primeira fase do loteamento abrangeu, aproximadamente, 216.000 m² (4/5 de parte da herança do Seu Hipólito Chagas, avô de Valter).

Por volta do ano 2000, foram incorporados mais 54.000 m² de terras ao loteamento, que pertencia à João Chagas⁶, um dos herdeiros das terras. Na época, João negociou com a empresa Pedrita Planejamento e Construções Ltda que atua com empreendimentos imobiliários, extração mineral e produção de asfalto, cuja sede localiza-se no bairro. Metade da área de sua propriedade, o equivalente a 20 lotes atuais, totalizando 27.000 m² foi trocada por infraestrutura similar à executada no LNC.

A infraestrutura - arruamento, guias, sarjetas, asfalto, tubos para escoamento de águas, luz e outras benfeitorias necessárias ao empreendimento imobiliário - do LNC foi construída a partir de 1991, quando da aprovação do projeto pela Fundação para o Amparo da Tecnologia e Meio Ambiente – FATMA – , e obtida a Licença Ambiental de Instalação.

No intervalo de tempo entre a aquisição do terreno pela empresa Pedrita e a execução do loteamento, as transformações sócio-espaciais na Ilha de Santa Catarina e na região do Campeche, em particular, resultantes da acelerada urbanização e crescimento populacional, implicaram em valorização do espaço e conseqüente aumento no preço dos lotes

O Loteamento Novo Campeche localiza-se ao norte do bairro tendo a Avenida Campeche, a Oeste; a Lagoa Pequena, ao Norte; a Associação dos

⁶ Sr João Chagas é tio de Valter Chagas. Teve formação na ETF-SC na década de 60 do século passado, trabalhando como operário especializado em empresas do Estado o que lhe permitiu diferenciação social em relação aos familiares, conseguindo permanecer proprietário de 54.000 m².

Servidores do Sistema FIESC - ASFISSI -, ao Sul e as dunas semifixas e Oceano Atlântico a Leste, conforme mapa a seguir:

MAPA 3: ÁREA ONDE SE LOCALIZA O LOTEAMENTO NOVO CAMPECHE.



Fonte: IBGE. Censo 2000

O Loteamento Areias do Campeche está localizado na porção Sul do distrito Campeche e foi implantado sobre dunas semifixas e restinga. Limita-se a Sul com o Condomínio Village, um condomínio fechado de alto padrão, envolvendo 25 lotes com edificações. A Oeste, com o Residencial Morro das Pedras, um empreendimento recém constituído, em fase de expansão, com características similares ao Loteamento Novo Campeche. Segue mapa:

Compõem o loteamento, atualmente, cerca de 130 lotes, de pequeno porte, com extensão máxima 200 m², conforme determinou a Prefeitura Municipal de Florianópolis em ocasião da desapropriação das terras.

A área em questão tem sofrido uma intensa metamorfose nas últimas décadas.

2.2. O Campeche como possibilidade de qualidade de vida

O Campeche localiza-se próximo ao centro da cidade, possui praias ainda não poluídas, clima ameno, áreas verdes com o Morro do Lampião emoldurando. Os terrenos são planos e com preços relativamente acessíveis à classe média. Além disso, trata-se de um bairro tranquilo, com um povo pacato e que ainda preserva aspectos de seu antigo modo de vida.

Temos até os dias atuais no distrito Campeche, a prática da pesca artesanal - principalmente na temporada da tainha - e a produção de farinha de mandioca – com beneficiamento da produção na própria localidade -, além das manifestações da cultura da população nativa como, por exemplo, o Terno de Reis.

Todos estes aspectos foram os grandes atrativos para que muita gente trocasse os apartamentos do centro da cidade de Florianópolis ou de outros centros urbanos pela moradia no Campeche, a partir da década de 1970. Porém, a intensidade e o ritmo acelerado do desenvolvimento urbano fazem com que tais características, tão apreciadas pelos moradores que se instalaram no bairro, rapidamente deixem de existir.

Desde a década de 60 do século passado, vem sendo elaborado um projeto que visa transformar a Ilha de Florianópolis e, por conseguinte, o Campeche numa “Copacabana Catarinense”. Tal perspectiva vem sendo implementada e se expressa no Plano Diretor para a Região do Campeche - PDC - 1995, o que provocou inúmeras manifestações de preocupação e repúdio por parte da população local. Não somente envolveu os antigos

moradores, mas, principalmente, teve uma forte participação dos novos moradores que viram o seu projeto de qualidade de vida sob risco. Tem-se projetado um local para o turismo de alto padrão, respondendo a suposta “vocação natural” de Florianópolis, conforme   destacado no Plano Diretor:

Agentes econ micos, especialmente os setores de turismo e constru o civil, somados aos membros das classes de maior poder aquisitivo aspiram a transformar a região num grande pólo turístico, em que pese o elevado grau de degrada o ambiental (...) Famílias de classe média e baixa aspiram a tornar a região numa grande área de expansão urbana, onde possam residir próximo ao centro e   praia, a um custo razoável (...) Em comum, ambos aspiram melhoria da infra-estrutura urbana da região. (PMF : 1995, p.50)

O PDC (1995) aponta em seus Princípios de Planejamento que “*as aspira es das comunidades locais caracterizam-se por uma visão bastante reduzida, tanto a nível espacial como temporal*”. Diante disso, aborda sobre as diferentes perspectivas da popula o:

As aspira es da sociedade florianopolitana com rela o   região do Campeche podem ser divididas em dois grandes grupos: as aspira es dos residentes na localidade e as aspira es dos residentes nas demais áreas do Município. As aspira es dos moradores da Capital com rela o ao futuro da região do Campeche não foram objeto de pesquisa específica, visto serem evidentes em sua ambigüidade social (PMF : 1995, p 50)

Apesar de reconhecer os impactos ambientais desfavoráveis e os conflitos entre as aspirações da população local e dos empreendedores imobiliários e da construção, o Plano Diretor projeta uma ocupação do distrito Campeche para 450.000 habitantes até o ano de 2015. É um número bastante elevado considerando que a localidade tinha uma população, em 1997, de aproximadamente 15.000 habitantes. Em 2.000, tinha 18.570 habitantes, conforme Censo Demográfico 2000, do IBGE.

No Plano Diretor consta a contextualização e balanço do desenvolvimento econômico da região em que se destaca que, ao longo da história, a cidade caracterizou-se por uma economia:

(...) eminentemente terciária – absorvendo 79% da mão-de-obra ocupada principalmente no setor público, nos serviços e no turismo, começou a assumir funções de pólo tecnológico em fins da década passada. (...) Após a euforia inicial dos anos 80 (crescimento de 26% ao ano) o turismo começou a ser questionado como base econômica do município, devido ao seu caráter predatório do ambiente natural, ao desenraizamento cultural que produz, sazonalidade dos empregos e aos baixos salários pagos. (PMF : 1995, p. 56).

Com base nestas constatações são apontadas as seguintes perspectivas para a região:

Florianópolis aspira a ser um pólo tecnológico de nível internacional, atuando na escala do MERCOSUL. O desenvolvimento baseado em alta tecnologia é também

essencial para o futuro da cidade (...) Em síntese, as funções da região do Campeche no contexto regional podem ser definidas como área de expansão urbana e pólo de alta tecnologia, podendo atuar secundariamente como centro turístico. A necessidade de planejar uma cidade com funções tecnológicas levou naturalmente ao estudo de urbanizações similares noutros locais do mundo, na busca de um modelo de estruturação espacial adequado. (PMF : 1995, p. 57)

Porém, o PDC não considera as fragilidades dos aspectos naturais na projeção da infra-estrutura, que poderá não ser adequada para alocar o número de pessoas previsto.

O Campeche possuiria extensa malha rodoviária cortando o distrito (entendida como organismo articulado internamente) e o PDC prevê a criação de áreas “apropriadas” por classe social, conforme termo utilizado no seu texto. Essa iniciativa, a nosso ver, estimularia a segmentação social, produzindo guetos e, por consequência, a exclusão e o acirramento dos conflitos de interesses.

No Conceito Guia do PDC, os técnicos do IPUF, embora apontem esses conflitos de interesses dos diversos segmentos da sociedade catarinense com expectativas distintas quanto ao futuro da Ilha de Santa Catarina e do Campeche, em particular, concluem o que entendem ser a destinação essencial para o futuro da cidade, qual seja, *“a região do Campeche, área de expansão urbana preferencial, não tem funções de centro turístico regional, devido ao mar bravio e gelado, e aos campos de dunas.”* (PMF : 1995, p. 56)

A baixa participação que o IPUF constata existir na renda gerada pelo turismo, oriundo do aluguel de casas, que gira em torno de 15% da renda gerada, *“comprova que a monocultura turística jamais poderá ser a alavanca do progresso do município e, muito menos, da região do Campeche”*, conforme aborda o Conceito Guia - Contexto Regional, do PDC; 1995, **contraditoriamente** ao conteúdo explicitado pelo próprio IPUF, aludindo à “Copacabana Catarinense”.

A compreensão do processo de constituição sócio-espacial, que aqui tratamos como **construção social**, perpassa as relações com a terra, as relações sociais e as alterações dessas relações ao longo do processo de urbanização. Conhecer as iniciativas tomadas pelos antigos moradores e compreender as suas motivações e entendê-las como formas de resistência às novas ordens e inovações que se impuseram são fundamentais para o desvendamento da lógica e da dinâmica que levou a esta nova configuração do espaço.

Neste aspecto, temos o espaço modificado, marcado pela transformação do local como espaço de produção da existência da população (moradia e trabalho) para um distrito residencial-dormitório, onde “não existe mais espaço físico” para agricultura de subsistência. Essa mudança faz com que o significado do próprio espaço seja redefinido. Observamos a longa trajetória do Bairro, desde a ocupação original em fins do século XIX e, mesmo anterior a isso, o percurso trilhado pelos antecessores dos habitantes nativos e percebemos que as trajetórias foram forjadas por esta lógica capitalista de criação e (re) criação do espaço e, de quem e do que nele existe.

Para corroborar essa análise extrairemos elementos concretos fornecidos pelos moradores. Para isso, utilizaremos fontes, informações, dados coletados extraindo os aspectos objetivos e subjetivos das entrevistas de profundidade com moradores nativos⁷ que remontam as transformações ocorridas e seu significado para a população local.

⁷ Parte das fontes levantadas e material coletado e analisado fazem parte do trabalho de conclusão de curso de graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina do autor do presente trabalho, realizado no ano de 1998, intitulado “*Campeche: Revisitando seus Espaços e Contextos*”.

3. DA ILHA DE SANTA CATARINA AO DISTRITO CAMPECHE: A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

3.1. Formação Sócio-espacial de Santa Catarina

Inicialmente, espaço de vivência dos índios Carijós do grupo Tupi, Florianópolis era chamada Y-Jurirê-Mirim, boca pequena de água ou passagem estreita (referência ao canal do mar entre a Ilha e o continente). Após o descobrimento do Brasil, a Ilha foi seguidamente visitada por navegantes lusos e de outros países europeus. Sebastião Caboto, desbravador espanhol, ficou cerca de três meses e meio na Ilha, devido ao naufrágio de uma de suas embarcações quando da entrada pela Barra Sul, em 1526. Prestando serviços à Espanha, tinha por objetivo procurar ouro, supostamente existente nos “Mares do Sul”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o processo de colonização e ocupação da Ilha de Santa Catarina com objetivos militares se dá inicialmente a partir de 1681. Somente em 1728, por Provisão Régia de 24 de março, a Ilha de Santa Catarina é povoada efetivamente, com o estabelecimento de Francisco Dias Velho que:

(...) obedeceu à corrente que dominava São Paulo e propunha fundação de colônias de base agrícola. Dava estabilidade àquela população até então arredia, e garantia com maior segurança a posse de todo o território ao sul, ao domínio português.” (IBGE : 1959, p. 98)

Durante o processo de povoamento da Ilha, temos registros dos primeiros contratos de exploração econômica que incidiram sobre a pesca da baleia. Segundo o IBGE, à época (em 1673) foi fundada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Mais tarde várias freguesias são criadas em diversas partes da Ilha de Santa Catarina em decorrência do processo de imigração das Ilhas do Açores e da Madeira.

Até 1746 a Ilha contava com uma população de 4197 habitantes. Esse processo é retratado no trecho a seguir:

(...) Por antiga sugestão de Frei Agostinho da Trindade, carmelita, grande conhecedor da realidade catarinense do século XVIII, e às instâncias de Silva Paes, o Governo de Lisboa fez promover para a Ilha de Santa Catarina e seu continente, a partir de 1748, intensa imigração das Ilhas dos Açores e da Madeira. Esse sistema de colonização que, num período de cinco anos - 1748 a 1756 - fez dobrar a população da Capitania de Santa Catarina, ocasionou a fundação e o povoamento das Freguesias de Santo Antonio, Nossa Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São João Batista do Rio Vermelho, Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e São Francisco de Paula de Canasvieiras, na Ilha de Santa Catarina. (...) O Governador Silva Paes, na costa oriental da Ilha, às margens de pitoresca, ampla e piscosa Lagoa, fez estabelecer inúmeros casais, e fez dar início a uma igreja, posta sob o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, provida por Provisão de 19 de junho de 1750. (IBGE : 1959, p.109)

Em 7 de fevereiro de 1777, a ilha fica sob domínio dos espanhóis, resultado da invasão liderada por Dom Pedro de Cevallos y Calderon,

Governador de Buenos Aires e Vice-Rei nomeado do Rio do Prata. Essa empreitada envolveu 115 velas e contingente armado de 11.524 soldados. Fracassa, assim, o almejado crescimento econômico a ser proporcionado pela imigração recém ocorrida, pois nesta ocasião muitas famílias deslocam-se para o Rio Grande do Sul e para o Planalto Catarinense para protegerem-se.

Conforme SILVA (1992), a colonização do Sul do Brasil, particularmente do litoral catarinense, ocorre a partir os séculos XVIII e XIX, principalmente com os imigrantes açorianos que se dedicam, prioritariamente, à agricultura de subsistência. Constitui, entre outras ações desenvolvidas, atividade pesqueira e o artesanato, garantindo a auto-suficiência dessa população, restando ainda algum excedente para a venda.

Dentre a produção artesanal temos neste momento, os engenhos de farinha e de açúcar, os alambiques e os teares. A produção é pequena, porém importante para suprir as necessidades básicas da comunidade. Essa diversidade de atividades já propiciava diferenciações entre os lavradores-pescadores.

Em 1750, Portugal inicia o processo de resistência às pressões políticas e econômicas inglesas. Criam-se as grandes Companhias Portuguesas, que monopolizam o mercado. Entre outros produtos o azeite de baleia, por exemplo, era muito cobiçado como fonte de energia para utilização na iluminação e foi objeto de incursões portuguesas e estrangeiras na Ilha, com vistas a criar condições para sua produção. A prática agrícola visava, basicamente, a subsistência e também a manutenção das tropas estacionadas

ao Sul do Brasil. Não havia, portanto, necessidade ou interesse na formação de latifúndios.

CAMPOS (1991) destaca como fatores restritivos e inibidores para o crescimento da pequena produção açoriana: a) a subordinação da população à administração civil e militar segundo seus interesses imediatos, com o engajamento militar de homens adultos, em idade produtiva (o número de soldados na região representava até 10% do total da população); b) a requisição de produtos, principalmente farinha, sem garantias de pagamento; c) a atividade comercial oligopolizada a partir do Rio de Janeiro, que determinava os preços dos produtos e; d) o sistema de sucessão da terra na herança, praticado pelos açorianos, que implicava a repartição da terra entre todos os filhos, exaurindo o solo e provocando a queda da produtividade.

A partir de 1786 plantações de café são introduzidas na Ilha e se disseminam pelas vilas do seu interior. Em 1808, Desterro possui Largos, o do Palácio e do Quartel (ou Campo do Manejo) e trinta e uma ruas. Em 1809 é criada a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Em 1817, a população era de 5.000 pessoas.

A partir de 1823, a vila de Nossa Senhora do Desterro é elevada oficialmente à categoria de cidade, posteriormente nominada Desterro e, finalmente, Florianópolis. A partir daí observamos um embrionário processo de urbanização.

A Assembléia Provincial cria em 1837 as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia, Aritmética, Álgebra e Geometria Retilínea,

“dando, assim, amplas bases para um estabelecimento oficial de ensino de humanidades” e em 1855 é fundada a Biblioteca Pública.

Em 1880 a cidade contava com uma população de 8.608 pessoas. Tinha 8 praças, 47 ruas, 4 travessas e 8 becos, 8 igrejas e capelas, 1 hospital, 1 cemitério público, 1 cemitério evangélico, 1.750 prédios urbanos (sendo 136 sobrados) e 1 linha de bondes. Lembrando que já em 1871 é inaugurado um cabo submarino que liga a Ilha ao Rio Grande do Sul. Este cabo cortava o atual distrito Campeche, tendo um posto de controle instalado no Pontal desta praia, sendo operado por décadas pelo Sr. Zeferino João Bregue, pai do “Seu” Gino (um dos atuais moradores mais antigos do Campeche), que se aposentou em 1964.

No final dos anos de 1970, o antigo cabo submarino foi desativado, e em 1994, substituído por cabo de fibra ótica, fazendo atualmente parte da conexão, via cabo submarino, Europa-Brasil-Uruguai-Argentina-EUA.

Em 1895, com a já denominação de Florianópolis, sob o governo estadual de Hercílio Luz, foram construídos o Mercado Público, o Lazareto da Ilha dos Guarazes, ampliado o Palácio do Governo e efetuado saneamento básico parcial na cidade.

Entre os anos de 1906 a 1910, Florianópolis tem uma infra-estrutura que conta com linhas telefônicas; novas linhas de bondes; calçamento de paralelepípedos em várias ruas, a instalação de iluminação elétrica, gerada a partir do rio Imaruí, em São José. Neste período é realizada a primeira

extensão de água potável, captada nos mananciais de Ana D'Avila, do distrito da Lagoa.

A construção da ponte metálica sobre o canal que separa a ilha do continente foi iniciada em 1922, sendo concluída e inaugurada em 1926. Essa obra teve um forte impacto no processo de crescimento urbano e desenvolvimento econômico local ao permitir a interligação com o continente, potencializando a circulação de pessoas e de produtos/mercadorias.

Em 1958, Florianópolis tem 48.264 habitantes. Conta com 253 logradouros públicos, sendo 56 totalmente pavimentados e 22, parcialmente. Possui 13.589 ligações elétricas domiciliares, 8.105 prédios abastecidos com água encanada, 4.195 prédios servidos com rede de esgoto e 3.000 prédios servidos por fossas.

Na década de 60 do século XX, a região do Mercado Municipal tem um fluxo intenso, com barcos atracados e carroças para transporte de carga e de passageiros. Essa região, em particular, sofre transformações imensas num curto período, com o aterro da baía sul para a criação de espaço e ampliação de sua utilização. Essa aceleração do processo de urbanização e modernização da Ilha de Santa Catarina é também resultante de um processo mais amplo de desenvolvimento em curso no país, fruto da Política Desenvolvimentista do Governo Federal. Neste período, foi construída a Universidade Federal de Santa Catarina, foram implementadas a eletrificação da zona rural e a pavimentação asfáltica da BR 101, importante via de acesso e de circulação inter-regional. Assim:

A fase desenvolvimentista representou a hegemonia do circuito mercantil (isto é, a progressiva integração da economia local na economia capitalista de mercado) e conseqüente desestruturação da economia de auto-suficiência dos “pobres”. (...) Neste processo destacamos ainda a expropriação do espaço comunal terrestre que ocorreu ao longo do século XX (e com mais intensidade no último quarto de século, levando ao desaparecimento quase total do mesmo), vital para a sobrevivência do pequeno produtor, principalmente dos mais despossuídos. (CECCA : 1995)

Os efeitos desta modernização se refletem por todo o espaço ilhéu, alterando significativamente, e de forma irreversível, o modo de vida dos antigos habitantes. Configurou a lógica do modo de produção capitalista, como em outros lugares, de reorganização espacial com a expulsão crescente dos pobres para as áreas periféricas da cidade. A necessidade de garantia da existência neste novo contexto, induz mudanças na relação da população nativa com a terra, até então espaço de atividades agrícolas de subsistência, fundamentalmente.

O ímpeto modernizante em SC se acentua com os ventos desenvolvimentistas que sopraram vigorosamente no país no final dos anos 50. Esta ‘preocupação sistemática com o progresso’ traduziu-se no Plano de Obras e Equipamentos (1956-1960), ao qual sucederam a realização do Seminário Sócio-Econômico, em 1959, e a implantação do Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo, em 1961.[...] Nesta perspectiva se inserem os dois Planos Diretores de Florianópolis (aprovados em 1954 e 1976). (CECCA : 1995, p.12-14)

Portanto, as transformações ocorridas no século XX em Florianópolis se deram, na metade do século, no marco do Projeto Desenvolvimentista do país. Porém o tipo de urbanização aqui instituído e seus desdobramentos neste início do século XXI, deve ser analisado à luz da formação sócio-espacial específica da região, observando suas características físicas e histórico-culturais que diferem dos centros urbanos típicos no país e que forjam uma relação complexa na qual se configuram uma re-significação do espaço e das relações sociais.

Ao mesmo tempo em que são implementados processos de modernização da cidade marcados pela homogeneização das práticas sociais, fragmentação crescente do espaço, segregação e exclusão sociais, especulação fundiária etc. aspectos este que conformam a lógica do desenvolvimento econômico local e de valorização do espaço pautado pelo mercado, temos simultaneamente expressões e ações na comunidade local que denotam formas de resistência. Ou seja, nesse processo a população nativa sofre a imposição de mudanças profundas nos modos de vida para a (re) produção da sua existência.

No entanto, podemos dizer que a demarcação da identidade dessa população se faz por meio da persistência e reprodução das práticas da pequena produção artesanal como a pesca e o artesanato bem como as manifestações culturais nativas, que têm sido crescentemente suprimidas na dinâmica local.

3.2. Breve histórico do Distrito Campeche

A formação do distrito Campeche tem início no final do século XIX, por volta de 1880, com o deslocamento de famílias da região da Lagoa da Conceição, local que se encontrava bastante adensado à época, considerando que o processo de ocupação ocorreu a partir de 1750, com o assentamento de famílias oriundas dos Açores.

As áreas apropriadas para moradia e para atividades agrícolas eram exíguas em função do relevo e da constituição do solo, que não eram apropriados para o cultivo. Houve uma rápida exaustão do espaço disponível para o modo de produção da vida.

Existia, nas proximidades, uma vasta planície com vegetação litorânea e capoeiras, ideal para a fixação de habitações e apropriada para a formação de alguns tipos de lavouras, apesar do solo bastante arenoso.

Dentre as atividades agrícolas que vem a serem desenvolvidas, destacam-se o cultivo de mandioca brava (para a produção da farinha, da qual parte era utilizada para o consumo familiar e o excedente era trocado e vendido), de aipim, de amendoim, de melancia, de melão, de feijão e de café. Havia criação, em pequena escala, de bovinos, de suínos e de aves (o que garantia a obtenção de ovos e de leite, além da carne) e, em função da proximidade com o mar, tinha-se a prática da pesca artesanal de peixe de todos os tipos, os quais eram consumidos *in natura* e o excedente era comercializado ou salgado e escalado. Plantava-se também algodão que era utilizado para a confecção de tecidos nos teares manuais e que depois eram

tingidos artesanalmente, o que significava a produção de boa parte das vestimentas da população local.

Enfim, as atividades econômicas dos moradores locais eram marcadamente de subsistência e se constituíam da lavoura, da pesca e da produção de utensílios necessários ao uso cotidiano. Os terrenos de cada família eram grandes e suficientes para as diversas práticas de subsistência. As áreas eram de uso comum e as encostas do Morro do Lampião eram intensamente utilizadas para o cultivo do café, da cana-de-açúcar e do alho, entre outras culturas que requeriam áreas mais extensas. Esta situação se mantém relativamente estável durante a primeira metade do século XX.

Mais tarde, entre os anos 1940 e 1960, os descendentes desse povo colonizador do litoral catarinense vêem possibilidades de migração temporária, em especial para o Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, onde a atividade de pesca “embarcada” era intensa e o pagamento era realizado em dinheiro. Os pescadores-lavradores de todas as localidades do litoral de Santa Catarina se deslocam para esta região, a partir das experiências e habilidades na arte da pesca que essa população havia acumulado.

Conta o Sr. Gino⁸ que os grupos foram formados quase que exclusivamente “*por ‘catarinas’ e encontram já fixada uma rígida divisão de trabalho: dos ‘remeiros’ ao ‘patrão’*” referindo-se as funções exercidas nos barcos.

⁸ Sr. Higino Bregue, com quase 80 anos, é um dos moradores mais antigos do bairro Campeche. Sua família está há pelo menos três gerações residindo na localidade.

Observamos neste período a origem dos capitais necessários para a aquisição de barcos e 'pares de redes' por parte de alguns nativos que, não conseguindo capitalizar-se nas atividades desenvolvidas na localidade, encontraram na migração temporária por meio do trabalho assalariado, uma forma de sobrevivência. Estas migrações temporárias, que ocorreram por anos e décadas seguidas, propiciaram também, para uma parte dos migrantes, trocas culturais devido ao deslocamento por grande extensão do litoral brasileiro.

Viajavam de Santa Catarina para a cidade do Rio Grande, no extremo Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Do Rio Grande do Sul iam para a cidade de Santos, no Estado de São Paulo, e para a cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, entrando em contato com novas técnicas de trabalho, novos hábitos e culturas.

A partir dos anos 70 do século XX, a valorização dos recursos naturais, estimulada por interesses dos empresários de turismo e de grupos imobiliários, combina-se ao processo geral em andamento nos balneários, o que vem a contribuir na transformação do papel e/ou significado da terra para seus antigos proprietários e moradores.

As formas de produção predominantes, produtoras de valor-de-uso, transmutam-se passando a terra a ser tratada como mercadoria. A mudança social no tratamento da terra, de valor-de-uso para valor-de-troca e os impactos

da urbanização foram analisados por AMORA (1996)⁹, de onde concluímos que:

- o processo de urbanização, causa e consequência da ampliação da malha urbana e do modo de vida urbano provoca transformações sociais nas localidades e populações, sendo resultado da expansão capitalista que ocorre principalmente a partir da segunda metade do século XX, com o processo de metamorfose do meio rural para o urbano;
- o fenômeno evidenciado nos anos 80, com raízes no passado recente, articula o bairro do Campeche com Florianópolis, via expansão da infra-estrutura com a ampliação da malha urbana para a constituição de um mercado de terras urbanas e consequente especulação imobiliária.

Como decorrência temos um processo concomitante que resulta, e ao mesmo tempo potencializa, na implantação de empresas estatais com demanda por solo urbano e infra-estruturas que incorporam o interior da Ilha em áreas de expansão com inversão de investimentos de recursos públicos, via planejamento urbano.

Desta maneira, o crescimento da cidade acontece simultaneamente à intensificação da ocupação do solo urbano com a ampliação dos limites das áreas ocupadas com a transformação do solo rural em solo urbano. Além disso, assistimos à substituição dos antigos moradores nativos por setores das

⁹ Amora, Ana Maria G. A. *O lugar do público no Campeche..* Florianópolis : UFSC. Dissertação

camadas médias da população, que são atraídas pelas características do sítio paisagístico (valor do espaço), provocando a quase erradicação de antigas práticas produtivas locais como, por exemplo, a pesca artesanal e a agricultura de subsistência. Esse novo perfil da população emergente traz novas demandas como, por exemplo, residências, casas de veraneio, pousadas, hotéis, comércio e serviços, o que vem estimulando crescentemente atividades voltadas à construção civil.

Todas essas facetas do crescimento urbano têm provocado alterações substanciais no preço da terra, variados impactos no meio-ambiente e nos modos de vida da população nativa, que despossuída dos seus antigos meios de produção, é segregada no próprio espaço que ocupa há muito tempo e, no limite, é obrigada a deslocar-se para outras localidades mais distantes em busca da sobrevivência.

As áreas mais próximas ao centro da cidade são gradativamente ocupadas e densificadas e o tecido urbano vai sendo ampliado ao longo das vias de acesso em direção ao interior da Ilha. Observamos em um primeiro momento, o avanço para o Norte e, posteriormente, para o Leste e Sul.

Em fins dos anos de 1970, havia a previsão de ampliação da malha viária com a construção de anel de ligação intercomunidades do interior da Ilha, integrando-as com o Continente por meio da construção da Via Expressa Sul e da Via Parque, viabilizando o avanço de projetos imobiliários de médio e grande porte para o Sul da Ilha.

de Mestrado em Geografia, 1996, 196p.

O Campeche vivencia esta expansão mais expressivamente entre os anos de 1970 e 1980. Dentre a infra-estrutura, serviços e os equipamentos públicos implantados temos a rede elétrica (1972); a construção da estrada geral (1973/1974) e sua pavimentação (1984); o transporte público regular; a pavimentação da SC 405 (1980); o posto telefônico (1982) e os terminais telefônicos (1985/1988); a escola básica e o posto de saúde (1982). Tais empreendimentos marcam a trajetória do bairro ao centro da cidade.

Concomitante a esse processo de urbanização do bairro, observamos na década de 1990 o desmembramento dos terrenos existentes para comercialização de lotes, processo este que ocorre em escala crescente. Os novos loteamentos criados têm características e destinações diferenciadas.

Em 1996, o então prefeito Sérgio Grando envia mensagem à Câmara Municipal de Florianópolis propondo Projeto de Lei que trata do Plano Diretor da Região do Campeche, que explicita as principais concepções do poder público sobre a ocupação e expansão futura do distrito que prevê uma população de cerca de 450.000 pessoas. Aponta-se a diminuição dos impactos ambientais por meio do incremento de indústrias “limpas” no desenvolvimento econômico da cidade, buscando unir:

O conceito de Tecnópolis (alta tecnologia educação e residência) com as características paisagísticas e culturais da Ilha (turismo). Neste sentido foram previstas áreas para quatro Parques Tecnológicos, um Campus Universitário, um Autódromo Internacional, um Centro de Convenções e Promoções, alguns Shopping Centers e três Setores Hoteleiros. A região é cortada por uma rede “vias-parque” e um anel expresso ligado à Via-

Expressa Sul, conforme bairros autônomos e humanizados. Cada bairro possui todo o equipamento urbano necessário, incluindo centros comerciais, parques e escolas. (...) As zonas residenciais foram previstas na exata proporção dos empregos que virão a ser gerados na região, tornando qualquer alteração de zoneamento, um fator de desequilíbrio social e urbanístico. Em decorrência dessa política, existem áreas residenciais para todas as classes de renda, englobando desde loteamentos turísticos de luxo até os núcleos de baixa renda. (Jornal do IPUF : 1996, p.2)

As propostas contidas no Plano Diretor do Campeche expressam as motivações que as fundamentam - valorização do e no espaço - e indicam a ampliação dos fenômenos apontados anteriormente, com possível agravamento dos problemas decorrentes da maximização da ocupação pretendida para o distrito. Portanto, a aprovação do PDC pela Câmara dos Vereadores de Florianópolis (em andamento), poderá atuar como catalisador deste processo.

Intensifica-se um movimento de resistência à aprovação do PDC pela população local através das Associações de Moradores, visando à elaboração de um plano alternativo para o ordenamento da urbanização local, de acordo com as necessidades e interesses dos habitantes do Campeche e que se contrapõe à proposta elaborada pelo poder público municipal.

3.3. A percepção da população nativa das transformações sócio-espaciais do Distrito Campeche

Como vimos anteriormente, o Loteamento Novo Campeche e o Loteamento Areias do Campeche, bem como o próprio distrito Campeche, são resultantes do processo histórico e sócio-econômico de toda a extensão do litoral catarinense e, em última análise, do Sul do Brasil.

O processo de colonização do Sul do Brasil no litoral catarinense a partir dos séculos XVIII e XIX, foi marcado pela imigração dos açorianos, principalmente. Inicialmente estes novos habitantes buscaram a (re) produção da existência extraíndo da terra os produtos necessários a sua sobrevivência. Em seguida, constituem dentre as atividades principais, além da pequena produção agrícola, a atividade pesqueira e o artesanato, garantindo a sua auto-suficiência, além da produção de excedente para troca/venda.

Estas práticas e modo de vida persistiram até meados do século XX, quando começa a entrar em colapso na décadas de 40 a 60 com a introdução da pesca embarcada no Rio Grande - RS, onde muitos moradores nativos vêem a possibilidade de auferir outras fontes de renda para a aquisição de bens não produzidos localmente, como pares de redes, embarcações e outros insumos e utensílios. Esse processo tem como consequência a transformação da situação sócio-econômica dos moradores nativos, na qual um segmento dessa população transforma-se em “patrão” na pesca artesanal local, a partir da experiência da divisão social do trabalho apreendida na pesca embarcada.

Porém, segundo SILVA (1992), a partir da década de 60, mais precisamente com o golpe militar de 1964, as possibilidades de ascensão social são reduzidas para este segmento da população em função da chegada das grandes empresas que passam a executar o beneficiamento da produção pesqueira, que provoca a centralização e concentração dos negócios nas mãos de novos industriais da pesca. Tal fato provoca o colapso da pequena produção pesqueira.

Mais recentemente a valorização dos recursos naturais, principalmente a terra urbana, acentuada por interesses dos empresários do turismo e do setor imobiliário que vão explorar mais esta possibilidade de valorização de seus capitais, combina-se com o processo geral de desenvolvimento capitalista no Brasil.

A consequência imediata é a transformação do papel ou significado da terra para seus antigos proprietários e moradores, no caso os nativos do distrito Campeche.

Essa mudança poderá ser percebida a seguir nos depoimentos de membros dessa população nativa. A riqueza desses depoimentos remonta a própria percepção desses sujeitos sobre a transformação sócio-espacial ocorrida no bairro e, por conseguinte, sobre as transformações no seu modo de vida e a re-significação da terra para a produção de sua existência.

Em relação a terra e os meios de trabalho vale destacar que:

(...) todas as coisas, que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho

preexistentes por natureza. (...) Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma (...) o fato de um valor de uso aparecer como matéria prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações” (MARX : 1985, p.143-144).

Assim, a transformação dos valores de uso da terra até então predominante é consequência da nova relação estabelecida com a terra, passando a ser tratada como mercadoria, fato este que fundamenta novas relações sociais na localidade. Este processo é ilustrado pelo Sr. Gino Bregue, morador nativo: *“A minha avó era filha da Costa da Lagoa. Nós somos parentes dos Andrino, do pai, do avô, do Édson Andrino. [...] Meu avô era daqui mesmo do Campeche. Eram gente de fora que chegaram aqui em 1888. [...] Aquela casa lá, a minha avó, quando veio da Costa da Lagoa morar ali. A madeira daquela casa...as telhas não, as pedras também não, mas as madeiras foram tiradas do mesmo lugar da casa.”*

A casa descrita é uma das construções mais antigas localizada na Avenida Campeche. Casa conjugada a um engenho de farinha, construção que era muito comum naquela época, situada na testada do imenso terreno de 70m X 750m que ia da praia até a encosta do Morro do Lampião. Este era um padrão comum de terreno na época. Este conjunto foi destruído em 2002, apesar de ser tombado como patrimônio histórico. Atualmente o terreno, após ter sido desmembrado em lotes, possui residências e pousadas e isto é significativo na fala do Sr. Gino, que acrescenta: *“O meu avô chamava João*

Francisco Tristão Bregue. Agora, aquela casa ali, 1997, deve estar com 102 ou 103 anos. Aquela casa não pode ser demolida. Por isso ela está tombada. O Coronel Américo cuidou. Foi vendida em 1958 para o Coronel Américo. Ele comprou a casa e o terreno. O terreno é grande. Tinha 70 metros de frente com 750 metros de fundo”.

No Campeche os terrenos têm, em geral, esta configuração: pequena testada (largura), de frente para o mar e grande extensão de comprimento, findando no cume do Morro do Lampião. Sr. Gino conta que *“Extremava com o campo de aviação e a praia. A vida inteira tive engenho de farinha. Foi construído por meu bisavô, João Duarte, que era pai da minha avó. João Duarte Flores, que vem a ser da família dos Severino. Ele era tio do pai do Edson Andrino. Quando veio da Costa da Lagoa para cá, ele trouxe esse pessoal que acompanhava ele. Escravos. E aí já fizeram a casa e o engenho. Isso era mais ou menos 1870, 1875 porque você sabe que meu avô casou em 1888 quando houve a liberdade. Então meu pai nasceu naquela casa em 1902. Teve quatro filhos e eu.”*

A produção do essencial para suprir suas necessidades básicas fica evidente em todos os relatos do “Seu” Gino, o que correspondia ao modo de vida da maioria dos nativos da Ilha. Lavoura, pesca, coleta e atividade artesanal configuravam uma espécie de **complexo rural de produção**, categoria utilizada por CAMPOS (1992)¹⁰, que se constituía de matéria-prima

¹⁰ Campos, Nazareno J. de. *Terras Comuns e pequena produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1990. p.135.

própria e técnicas apropriadas para a produção de insumos e bens necessários à existência da comunidade.

O Sr. Gino prossegue contextualizando o modo de vida e de produção existentes: *“a área da família Bregue ia do morro até a praia. A roça era suficiente para sustentar a família toda. Muitos não compravam nada fora. Não tinha muito serviço fora. Alguns deixavam a roça e iam trabalhar por um tempo. Não tinha luz naquele tempo. Precisávamos de querosene, sal, enxada, roupa, facão. A gente vendia algumas coisas pra fora: muito amendoim pra cidade, pra fazer broa. Coisa de padaria. A maioria das famílias tinha o seu milho. Mas era para animais e para fazer farinha. Meu avô fazia sacos e sacos de farinha de milho, para fazer bolo para o pessoal levar para comer na roça. Tinha fartura de mantimento. A falta de dinheiro era quase como hoje. Antigamente você vendia o saco de farinha de 45 kg por 400 Réis. Dava para comprar dois quilos de carne. Uma dúzia de ovos custava 400 réis. Isso era 4 tostões e 1 tostão dava para comprar cinco biscoitos. Rosquinha de trigo. Hoje custa R\$ 0,80 os ovos. Falta de dinheiro não era falta de produto.(...)”*

Outro morador, Sr. Adriano Daniel¹¹ confirma a existência desta produção auto-suficiente, que não estava inserida no circuito comercial geral, relatando que *“Aqui não tinha comércio. O dinheiro era escasso. Tinha muita farinha, melancia Mas não tinha dinheiro.”*

¹¹ Nativo, de antigas gerações do Bairro do Campeche. Foi um dos primeiros professores da localidade e acompanhou as transformações do bairro dos anos 40 do século XX em diante, *in loco*.

Sr. Gino comenta que *“a produção era farta: mandioca para farinha que era consumida e o excedente trocado e vendido; aipim, consumido de diversas formas. Amendoim, melancia, em grande quantidade. Feijão, melão, café ‘da melhor qualidade’ (sombreado), leite, ovos, frango, porco e peixe de todos os tipos. O peixe era consumido in natura. O excedente era comercializado ou salgado e escalado, e durava até um ano”*.

Os moradores do Campeche desenvolveram habilidades e técnicas diversas para produzir o que se fizesse necessário à sua subsistência. Cultivavam algodão com sementes previamente selecionadas por eles mesmos; descaroçavam e fiavam o algodão (nessa fase selecionavam as melhores sementes para o próximo plantio); teciam para os mais diversos fins; tingiam os panos com tintura de ervas com tintas naturais, como a aroeira e o urucum.

Por exemplo, conta Sr. Gino que *“o café era plantado, colhido, limpo, selecionado, torrado, moído e era o melhor café da região, conhecido como café da casa”*. Podemos constatar que as atividades econômicas existiam em função da subsistência (conjunto de atividades necessárias para sustentar a própria vida). Continua o Sr. Gino: *“Naquele tempo aqui tinha quase trinta engenhos de fazer farinha, mas tudo era tocado a boi. Até mais ou menos 75, 80, por aí. Depois, então, desenvolveu e foi tudo acabando.”*

O terreno de moradia de cada família era grande o suficiente para as diversas práticas agrícolas que se faziam necessários para a subsistência. Os moradores utilizavam intensamente as encostas do Morro do Lampião,

conforme pode se observar nas aerofotos de 1938, 1957, 1998 e 2000 (Anexo VI).

O Sr. Gino contextualiza: *“As encostas dos morros eram propriedades. Todo mundo pagava o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Tesouro. Todo mundo tinha documento. Eu tinha terreno lá no morro; eu e meu cunhado plantamos aquele eucalipto (extensa plantação até hoje existente). Era tudo nosso. Era a Cachoeira das Pitangas. Saía atrás do Mini Mercado Campeche. Eu plantava nas laterais. Era terreno bom. Essa cachoeira só corria com temporal. Nascia no terreno da Maria Cordeiro e pegava outro braço de água dos Florentino e daí encontrava o terreno do meu avô. Ainda tem vala lá. O terreno do meu avô ia do morro até as dunas. Extremava com o terreno dos Silveira. Meu avô e eles tinham muito terreno. E muita roça. Plantavam tudo e eram auto suficientes. Colhiam cinco arrobas de algodão, mas não para vender. Era para casa. Fiava, trabalhava só pra uso. A minha avó fazia camisa de algodão, tinha uma roça só. Lavrava o terreno depois para plantar de novo. Teciam em tear de madeira. Fervia água na lata de querosene, botava os panos lá pra tingir. Tinha aroeira, que dava tinta vermelha. E tinha pé de urucum, toda casa tinha.”*

Podemos notar no relato que o processo de construção da auto-suficiência era mais do que desejo intrínseco dos moradores. Era imposição da necessidade de sobrevivência. O alimento, os utensílios e as vestimentas eram produzidos familiarmente. Por exemplo, a produção de tecidos, desde o plantio do algodão até a fiação e tingimento, era realizado integralmente na própria localidade.

O café foi introduzido na Ilha de Santa Catarina no final do século XVIII, por volta de 1786. Era plantado por quase todas as famílias do Campeche, principalmente nas encostas do Morro do Lampião. Era consumido habitualmente e, praticamente, nenhum morador da região buscava o produto no mercado externo.

Sr. Gino relata o seguinte: *“Meu pai, meu avô e meu tio plantavam café perto do morro. Café sombreado. Nós secávamos em esteira, girau¹² e botava o café. Quando ele tava murcho, botava em outro girau. Mas quando era aeira feita de material, cimento, só botava lá e mexia com rodo grande. Depois de ensacar, uma parte era vendida. O que não era para vender era guardado. Aquilo tudo, depois, a minha avó ia chumbar¹³, junto com o compadre Bento, moreninho que trabalhava lá, e o Jorge. Dia todo chumbando. Guardavam cinco ou seis sacos de café chumbado só para o gasto. Quando achavam que não tinha mais pó de café, botavam no chumbador. Daí quando estava no ponto, largavam um quilo de açúcar grosso para o café ficar bom. Chamavam café de casa. O ‘seu’ Aparício do Ribeirão comprava de todo mundo. Ele comprava 400, 500 sacos de café (de 25 kg). Ele tinha fábrica de café no Ribeirão.*

Quando a gente vendia o café, dava pouco dinheiro. Vendia pouca coisa. Na encosta não é bom para plantar. Bom é no terreno plano ou no morro, lá em cima. Lá que a gente plantava uma coivara¹⁴ de café. A roça mais

¹² Girau significa quintal limpo, de terra batida.

¹³ Chumbar era o termo utilizado pelos nativos referindo-se ao processo de torrefação do café.

¹⁴ Coivara refere-se a área limpa pelo sistema de queimada.

longe era do café. O café dava com 3 ou 4 anos. A do algodão era perto de casa, na areia. A cana era no morro e ocupava muito terreno. Depois que você planta demora a acabar. Lá no morro a gente roça, faz cerca, quando acabou de cortar aquela roça a gente já queima e ela vem com força que é uma barbaridade. Faz assero, que é uma estrada, para a limpeza que se faz ao redor das roças. Toca fogo para não soltar para o mato e não pegar nas outras propriedades. Tinha muito cuidado, naquele tempo. Respeitava o espaço dos outros.”

Novamente verificamos a utilização do espaço para atividades culturais e de produção familiar. Ou seja, várias famílias tinham o seu próprio engenho, pois era imprescindível para o processamento da mandioca, do milho, da cana-de-açúcar e de seus derivados. A família do Sr. Gino tinha um engenho. Ele conta que *“funcionou até a década de 50, 60. Até 58 (do século XX) funcionou. Nós só fazíamos nossa lavoura, que nós mesmos plantávamos. Era a cana, tinha engenho de fazer açúcar também. Era tocada a boi. Dois bois. Fazia açúcar grosso. Tinha outro de fazer farinha.”*

Confeccionavam, também, os utensílios e equipamentos necessários para a transformação, beneficiamento e manufaturas de diversos produtos com matéria prima obtida da terra. O relato do Sr. Gino não deixa dúvidas quanto a esta autonomia, mesmo que parcial, para a produção do que necessitavam para a sobrevivência.

“Lembro-me que minha avó era baixinha, mas era bem gorda, mandou fazer samburazinho de cipó, bambu estreito. Sabe o que é samburá? Usava pra cozinhar batata, banana, cozinhar tudo no melado, dentro da garapa, para

que quando tivesse cozido ela tirava, enfiava num pau, porque o forno tinha uma boca e aquilo tava cheio de garapa fervendo”, conta Sr. Gino.

Outra atividade essencial e parte integrante do cotidiano dos antigos moradores nativos da localidade era a pesca artesanal. Tal atividade propiciou que essa população se transformasse em exímios pescadores, gerando especialistas em embarcações de pesca que atuavam como patrões no barco. Essas pessoas que se especializaram nesta área, mais tarde, acabaram migrando temporariamente para outros lugares a fim de auferirem maior renda.

Esta atividade é relatada por Sr. Gino: *“Nós pescávamos o ano todo, quando não dava para a roça. Dava primeira semanada de chuva, a gente ia pescar. Naquele tempo dava muito peixe: de tarrafa, de rede. Todo mundo enchia de peixe. Naquele tempo tinha pouca gente”*. Lembramos que essa prática não era exclusiva dos nativos do Campeche.

Continua Sr. Gino relatando sobre a pesca embarcada: *“as viagens para a pesca em outras regiões do país ocorriam, principalmente para o Sul, em meados de junho/julho (findada a temporada da tainha) e voltavam, em sua maioria, em dezembro. Alguns nativos ficavam para a safra do camarão no começo do ano seguinte. Pescavam no mar grosso ou na lagoa e matavam todo tipo de peixe. Alguns trabalhavam como patrão de barco, em embarcações parecidas com as até hoje utilizadas no litoral catarinense para pesca artesanal. Um patrão de barco comandava cerca de oitenta ‘camaradas’. A produção diária era vendida pelo dono dos barcos e das redes (quem contratava os pescadores) para um frigorífico.*

Existia a figura do apontador que anotava os valores entregues no frigorífico. Ao final do trabalho (dezembro) eram somados os valores contabilizados e feitos os acertos. O patrão de barco, via de regra um catarinense que, além de cuidar das técnicas de pesca em si, cumpria papel de líder, animador e apaziguador dos ânimos dos pescadores. Trabalhava com seres humanos confinados, em atividade pesada, longe das famílias e em ambiente no qual os ‘camaradas’ se exaltavam com facilidade”.

Esta prática de trabalho assalariado na pesca no Rio Grande do Sul cessa por volta dos anos 1960. Depois novas atividades são implementadas. Sr. Gino se recorda desse processo: *“Eu trabalhei com as redes até 1961, quando parei e montei uma mercearia. Tinha casado em 1951. Continuei morando ainda na casa em que nasci. Lá nasceram as filhas Eva e Vani. Em 1977 comprei este terreno (localizado na Avenida Pequeno Príncipe), de 100m por 200m. Me mudei pra cá e montei outra mercearia. Em 1993 fechamos por causa do calote de muitos fregueses. E mais por causa da concorrência de padarias que viraram mercados”.* No local, hoje existe um salão comercial do Seu Gino, uma farmácia, um bazar e na temporada, funciona uma sorveteria.

O Sr. Adriano Daniel também vivenciou este período em que a pesca embarcada fez parte da vida dos nativos do Campeche e confirma o processo de transformação nas relações intracomunidades, ou seja, nas práticas produtivas da população local, com as decorrências advindas da diferenciação na posição social entre os moradores. O Sr. Adriano relata que: *“Um filho aprendeu e faleceu no mar. Foi para o Rio Grande, ser embarcado. A maioria ia para lá ou para Santos. Não tinha onde ganhar o dinheiro. Lá tinha muita*

pesca. Era trabalho embarcado. Ou lagoa ou mar grosso. Esse pessoal ia e voltava, todos os anos. O pessoal vinha de lá com dinheiro. Uns compravam terreno ou construíam casa. Iam para buscar dinheiro e empregavam aqui. Aí voltavam para lá de novo. Aqui é uma praia agitada. Colocar dinheiro em barco aqui é arriscado. Aqui pra sair, para pegar peixe, depende de 6 pessoas na canoa e 20 para puxar... Isso em 1940, 1950, 1960.”

Para responder às novas necessidades, infra-estruturas foram criadas, pois as estradas de acesso eram poucas e precárias ligando basicamente as casas dos moradores do Campeche ao Porto do Chico D’Ávila, Canto da Lagoa, Sul da Ilha e ao Centro. Sr. Gino conta que *“Naquele tempo, quando eu tinha uns 10 anos, não existia automóvel, caminhão. Não existia nada disso. Só carro de boi. E o único carro que passava aqui era o carro de cavalo, que tinha ali na praça. O governo que fez aquela Ponte Hercílio Luz vinha muito aqui na casa do meu avô, de carro de cavalo, me lembro disso. Passava na Costeira, subia e descia, daqui e dali e vinha embora pelo chão batido, estrada ruim.”*

A estrada que ligava o Porto ao Pontal, segmento que ligava o Centro ao Sul da Ilha, não tinha o atual traçado, que foi retificado a partir dos anos 1960. Ela desviava uns dois quilômetros após o trevo do Campeche e seguia até o Pontal. Para exemplificar uma das inúmeras modificações nos antigos caminhos, seu Gino narra um caso: *“Eu fui testemunha de um rapaz da família do Bráulio, Bráulio Benjamim, que chegou uma família aí, do Estreito, e avançaram no terreno dele. E ele disse: não senhor. Mas ele não sabe. Ele não é daqui, ele não conhece os terrenos! Ele não conhece a estrada velha: ah!, aqui não existia estrada velha, dizia o Bráulio! – Que é meu filho? Tu eras uma*

criança! Uma criança de 22, 23 anos, pra mim que sou um homem de mais de 70 anos! Eu puxei tanta mandioca com carro de boi! E isso aí se chama Estrada Velha.”

A circulação das pessoas e de mercadorias se fazia por meio de carroças puxadas por bois entre o bairro e o centro e, de barcaça, entre o Porto da Lagoa, conhecido como Porto do Chico D'Ávila e Ponte do Imaruim, em São José e outras localidades do continente.

O Porto funcionava como entreposto, centralizando boa parte dos produtos vendidos e comprados pelos antigos moradores. Lembra Sr. Gino que *“Antigamente chamava-se o Porto da Fazenda e nós chamávamos Cruz. Metade chamava Porto. Lá no Porto, às vezes, o pessoal perguntava: cadê fulano? Tá lá pro Porto. E o Porto tinha dois nomes: tinha o Porto do Dorico e o Porto do Chico D'Ávila. Porque antigamente para comprar, por exemplo, aquelas vendinhas isoladas do sítio, para comprar um barril de cachaça, fazia então aquela sociedade, e comprava. O lanchão, que vinha lá da terra firme, vinha trazer cachaça, madeira, carrada de barro, carrada de telha, tijolos. Tudo isso era ali. Era carga e descarga. Vinha do Aririú, do lado de lá, vinha de Coqueiros, vinha da Palhoça, vinha de São José, do continente. Não passava pelo centro da cidade. Naquele tempo que eles faziam aquela travessia de lanchão, grande, a pano, não era a motor, que não existia motor. Era pano ou remo. Menor a remo ou então a pano. Eles esperavam. Era uma demora medonha. Esperavam dois ou três dias. Eles esperavam que desse uma maré bem grande para entrar lá atrás da ponte da base aérea, lá na boca do rio. Eles esperavam lá em Aririú, com a embarcação toda carregada, e um ventinho aqui*

de cima, para eles levantar os panos, as velas, e vinham embora. Aproveitavam a maré estar cheia para entrar ali. O rio tinha muita volta. Ali eles ferravam o pano, porque depois de estar dentro do rio, não tinha mais vento. Muito mangue, muito mato, aí usavam a verga, pra um lado e pro outro. Um pau grosso. Levavam muito tempo até chegar ali no Porto. Aí esperavam. Ficavam tomando café, três ou quatro pessoas, até chegar o pessoal que tinha encomendado as cachaças, a madeira, a telha, a madeira, os tijolos. Porque era tudo assim. Nessa época eu tinha uns seis anos. Até doze anos ainda me lembro, ainda tinha isso ali. Depois não. Depois aperfeiçoaram as estradas, de chão batido né, porque o asfalto é novo, a eletricidade aí é nova.”

O período a que se refere o “Seu” Gino é a década de 30 do século XX. Até então, o modo de vida dos antigos moradores, em todos os aspectos que pudermos imaginar, seguia uma rotina que ele lembra e descreve saudosamente. Plantavam, colhiam, pescavam, escalavam o peixe, chumbavam o café, fiavam o algodão, teciam, tingiam, cuidavam da criação, construía suas casas, casavam, tinham seus filhos e riam.

Com nostalgia, o Sr. Gino diz que *“Depois então desenvolveu tudo aí e foi acabando. O pessoal que trazia o material para o Porto tinha que esperar outra vez. Um dia, dois. Coitados. Até a maré encher outra vez pra eles ir embora com aquela embarcação grande. Até a boca do rio. Lá, até pegar o mar. Levavam farinha daqui pra lá, e muito peixe. Porque a produção da nossa Ilha naquele tempo, quando meu pai nasceu, meu avô nasceu, meus filhos nasceram, era só peixe e lavoura. Peixe e farinha.”*

Encontramos, ainda, nos espaços naturais ou transformados pelo trabalho humano, vestígios destes *constructos* incorporados à atual fase do modo de produção (engenhos, embarcações, casas antigas como atrativos folclóricos, representativos do antigo – embora recente – modo de vida dos nativos).

O espaço é, portanto, um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outras criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS : 1978, p. 138)

Além do terreno de cada família, necessário às suas práticas de subsistência, havia também diversas áreas não utilizadas ou de uso comum, tanto nas encostas do Morro do Lampião quanto na planície, entre o morro e a praia. Na década de 20, do século XX, parte desta área foi comprada pelos franceses, que operavam com hidroaviões na baía do centro da cidade, aeronaves do Correio Aéreo. Construíram o campo de pouso e decolagem e o galpão para manutenção das aeronaves. Florianópolis fazia parte da rota sul-americana, trecho da grande área coberta pelos franceses.

A existência de um campo de aviação, dos vôos regulares, das tripulações de estrangeiros e da circulação de pessoas e de objetos, fazendo do Campeche um “porto de aviões” entre Florianópolis e outras partes do

mundo e isso transformava o bairro em um centro muito especial: um espaço em que coexistiam lado a lado a tranqüila rotina de vida de “lavradores-anfíbios”¹⁵ quase auto-suficientes e a dinâmica das máquinas voadoras, barulhentas, velozes, manobradas por gente com linguagem incompreensível, “ciganos” de outra cultura. Esse aspecto na transformação cultural da localidade, das trocas culturais, foi bastante marcante para a população nativa.

Até hoje encontramos muitos nativos contando “causos” dos franceses, do “Jacqueno”, do “Zéperri”, do “Seu” Deca (um dos mais antigos moradores do Campeche, falecido há pouco tempo), do “Seu” Hermínio (também falecido há pouco, com 93 anos de idade) e de outros personagens daquele tempo. O Sr. Gino conta: *“o terreno do meu avô nascia no morro e ia até as dunas. Meu avô vendeu para a Air-France, em 1920. O terreno extremava com os Silveira.”*

Entre os anos 1920 e a Segunda Guerra Mundial, os franceses operaram o campo de aviação no Campeche. Para as operações serem feitas com segurança, já que muitas delas eram realizadas à noite ou com o tempo fechado, era contratado um nativo que levava de carroça quarenta lampiões até o topo do morro e colocava em lugares escolhidos pelos franceses. Por esse motivo, o local foi batizado de Morro dos Lampiões.

Nos anos de 1940 os franceses encerraram as operações no campo, em parte devido à Segunda Guerra Mundial, pois alguns retornaram ao seu país de origem para se engajar na guerra. Mais tarde a empresa Pan-Air do

¹⁵ Termo utilizado por Lago, M. C. S. In. *Modos de vida e identidade: sujeitos nos processos de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1996.

Brasil passou a utilizar este campo, com aviões bimotores. Um veículo especial levava os passageiros até o centro da cidade, por terra.

Segundo o Sr. Gino, *“Alguns anos depois, voltou-se a utilizar aeronaves anfíbio que pousavam e decolavam próximo à Ponte Hercílio Luz e transportavam passageiros e cargas. O terreno grande era para aterrizar avião. Três vezes por semana. Bonito, tudo iluminado. Abriu falência. O chefe francês foi embora, foi morar em São Paulo. Antes disso, alugaram para a Pan-Air do Brasil, que era avião que antes aterrizava na água. Trabalharam dois ou três anos e daí foram para a Base. Restou um mecânico tomando conta, o João Santana. Depois ele se mudou para Barreiros. Tiraram as cercas, pois naquele tempo os mourões eram de madeira. Daí o povo começou a usar. Depois de dois ou três anos a Base vinha tomar conta. Deixaram plantar. Mas não botar casa em cima. Até hoje está assim. Com o campo foi igual: eu estava plantando. Eu tenho uma roça grande lá, ceifando agora. Este ano (1997) eu não plantei, porque não quiseram mais dar ordem de plantar. Não plantei nada. A Base não autorizou mais a plantar.”*

Com a inauguração do Aeroporto Hercílio Luz, o campo de aviação foi desativado e o terreno foi, aos poucos, sendo utilizado como área de uso comum pelos moradores, que além da instalação de roças de mandioca, de milho e de melancia, era também utilizada para pastagem. Quase todos os antigos moradores tinham, até recentemente, algumas cabeças de gado, principalmente para ordenha.

A partir de 1983, o Aeroporto Hercílio Luz passa a ser internacional ampliando o fluxo de pessoas. Daí temos mais um fator de agravamento dos

problemas de acesso entre o Sul da Ilha e o centro da cidade, pois os caminhos de ligação são praticamente os mesmos de décadas anteriores. Ou seja, margeiam a Costeira do Pirajubaé e o Saco dos Limões, o bairro José Mendes e cortam o Mangue do Rio Tavares, estrangulando-o em parte.

A construção da Via Expressa Sul, iniciada em 1997, para ligar o Centro ao Sul da Ilha envolve o aterro de extensa área marítima que causou muita polêmica entre o Poder Público e empresas privadas de construção de um lado e, os segmentos representativos da sociedade civil, do outro lado.

A Via Expressa possui várias pistas de rolagem e túneis, que passam pela grande área aterrada e, até o momento, foi parcialmente construída. O papel que esta via cumprirá como indutora da urbanização do Sul da Ilha e do Campeche, em particular, provoca preocupações na população de Florianópolis.

4. AS METAMORFOSES DO BAIRRO CAMPECHE E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA TERRA

4.1. O Campeche como Espaço de Valor-De-Uso

A escolha para a fixação na planície do Mato de Dentro e do Pontal, por parte dos antigos moradores da Costa de Dentro da Lagoa da Conceição, se deu em função da localização próxima e pela sua conformação conveniente para a alocação de habitações junto ao mar.

Como já situamos na introdução, o Campeche contém valores espaciais (valores do espaço) extremamente importantes para as necessidades vitais dos nativos que o escolheram como local para constituírem suas vidas.

No decorrer dos relatos recolhemos referências sobre a permanência de formas espaciais, construções humanas duráveis ou permanentes, que constituem o valor no espaço. *“Assim, o espaço-paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo”.* (SANTOS : 1978, p.138)

Tanto os terrenos destinados ao plantio familiar quanto aos de uso coletivo estavam intimamente ligados, por múltiplos caminhos, à vida das pessoas e suas atividades cotidianas. Todos os elementos naturais existentes ajudam a conformar e caracterizar o lugar: o Pau de Canela, a Cachoeira na encosta do Morro, as próprias encostas, o topo do Morro, as lagoas, a planície,

o mar, a praia (local de arrastões, guarda da tainha, ponto de encontro e socialização nas temporadas de pesca), as dunas, entre tantos outros.

Sr. Gino conta que *“O Campeche situa-se do Pau da Canela até o Mato do Mateo.[...] A árvore era igual a uma Figueira, mas era uma Canela. Lá a gente parava dois ou três carros, pra descansar e aí ia embora. Se chamava a rua do Pau de Canela. Aquele toco se acabou, agora há pouco tempo. Quem demoliu aquela madeira foram as máquinas para tirar areia.[...] Onde é a Pedrita hoje, tinha uma olaria. Antigamente, eu era garoto de seis anos, e ia lá de carro de boi com o meu pai, pegar tijolos. A (praia da) Joaquina antigamente se chamava Canto do Retiro. Nós íamos daqui de canoa de pesca tirar peixe lá. Pampo no verão, tainha no inverno e tudo isso aí. Não tinha estrada, era uma picada, caminho de cargueiro. Do Pau de Canela em diante, não é mais o Campeche”*

A relação dos antigos moradores com a natureza primeira era menos impactante do que as práticas dos tempos atuais. Em parte, por conta do pequeno número de habitantes existente o que demandava menor uso do solo para suprir as necessidades. Disso resultava também numa dinâmica de vida próxima ao ritmo da natureza, pois os nativos não construíam - quando possível - no que era considerado da natureza. Buscavam se adaptar às condições naturais existentes. Nas encostas respeitavam as calhas, os cursos naturais da água, mesmo que estes só se evidenciassem nas grandes tempestades.

Isso pode ser percebido na fala do Sr. Gino: *“Nós tínhamos terreno lá no morro. Eu e meu cunhado plantamos aquele eucalipto. Era tudo nosso.*

Era a Cachoeira das Pitangas. Saía atrás do mini-mercado Campeche. Nós plantávamos nas laterais. Era terreno bom. Essa cachoeira só corria com temporal. Nascia no terreno da Maria Cordeiro e pegava outro braço de água dos Florentino. Daí encontrava-se o terreno do meu avô. Ainda tem vala, lá.”

O processo de transformação da terra como valor-de-uso para valor-de-troca durante a urbanização do Bairro Campeche nesta área da encosta do Morro do Lampião, em particular, se materializa com a construção e a comercialização, na década de 80 do século XX, de um amplo conjunto de residências denominado Condomínio dos Eucaliptos.

No início do verão de 1991 ocorreram chuvas torrenciais. A “vala” a que se refere o “Seu” Gino era uma formação natural do terreno que possibilitava o escoamento das águas. Em ocasião da construção do Condomínio dos Eucaliptos foram realizados aterros neste local e com a força das chuvas, ocorreu uma enorme erosão pluvial. Formou-se uma cratera com mais de dois metros de profundidade que cortou o condomínio ao meio.

Tal fato causou espanto aos nativos considerando que o empreendimento envolveu altos investimentos contando com a assessoria de engenheiros e arquitetos, ou seja, uma estrutura moderna de construção com um corpo técnico especializado que não tomou providências básicas para iniciar as obras em relação às condições geomorfológicas do lugar, tendo como conseqüências algo bastante previsível e óbvio para os moradores locais.

Um exemplo do cuidado em relação às condições naturais pelos moradores é demonstrado nos seguintes procedimentos para o uso do espaço.

Entre a praia e a parte mais estável da planície, existe uma extensa faixa de restinga, que compreende a Praia da Joaquina até o Morro das Pedras e de dunas móveis e semi-fixas parcialmente recobertas por vegetação litorânea, conhecida por “combros” pelos moradores mais antigos. Um canal de drenagem margeia estes “combros” e, parte do ano, em decorrência da ação das marés, ficam expostos terrenos formados por turfas. (Anexo II)

Nesta faixa, os nativos constroem apenas barracos para a guarda de redes e dos barcos de pesca, que são muito pesados para serem deslocados, desta forma ficam próximos do mar para facilitar o manuseio. Frequentemente mudam a localização destas construções, em função dos deslocamentos das dunas.

Suas habitações se localizam entre o início da parte estável da planície, a leste, onde residem as famílias do Sr. Bregue, do Sr. Daniel e Silveira, entre outros, e o Oeste, antes do mangue, região em que reside a família Laureano. No trabalho de AMORA são apontadas as seguintes conseqüências da ocupação indevida e imprevidente das áreas de dunas:

Com a ocupação urbana a extrema superficialidade do lençol freático (a planície encontra-se nivelada entre 0 e 3 metros) e o direcionamento natural das águas superficiais, para as áreas mais baixas da restinga, se fazem sentir cada vez mais como um problema, principalmente nas épocas de chuvas mais constantes. As ruas transformam-se em canais de drenagem a céu aberto, já que o encaminhamento natural foi brechado por muros e aterros [...] As dunas são elementos importantes na estabilização da linha de costa, protegendo estas áreas da abrasão marinha e diminuindo a ação dos ventos nas regiões

mais interiores. Seus terrenos arenosos sem estrutura e altamente permeáveis são impróprios à ocupação humana, sendo ambientes protegidos por legislação federal, estadual e municipal. (AMORA : 1996, p. 32)

Em dezembro de 1995 ocorreu outra grande chuva que inundou extensa área do corpo lagunar da Lagoa da Chica. Muitas pessoas que moravam na cidade, de diversos segmentos das camadas médias (funcionários públicos, professores de universidade, entre outros) compraram terrenos nesta área para a construção de casas de veraneio. Ficaram mais de três meses com mais de um metro de água no interior das casas, o que causou prejuízos tanto em relação as perdas de objetos e mobiliários como também, em alguns casos, das próprias casas. (Anexo VII).

Como solução para este problema foi realizada uma tentativa fracassada de construir um canal de ligação entre a Lagoa e o Oceano Atlântico, ligação esta que inexistia naturalmente.

Os nativos expressam a indignação com a desinformação, a ingenuidade ou a má fé de quem vende, compra ou constrói nas áreas das dunas, no corpo lagunar, nas áreas alagadiças, no mangue, nas encostas do morro e em outros locais que sempre foram preservados por eles, considerando os seus conhecimentos sobre a dinâmica das leis da natureza, pois tais locais não são apropriadas para construções.

Desejam também viver em harmonia com a natureza e até hoje prevalece entre os mais antigos a relação de convivência respeitosa e equilibrada para com os fenômenos da natureza como as chuvas, as variações

das marés e dos ventos, o que permite minimizar as conseqüências de ações imprevisíveis. Tal perspectiva vem de longa data, muito tempo antes do “ecologismo” e “ambientalismo” virarem moda.

Nos primórdios a população original do Campeche se constituía de aproximadamente 19 famílias, distribuindo-se do Pontal, na praia, até a Lagoa da Chica, ao Sul; da rua Pau de Canela e Mato de Dentro, do Norte e até o mangue do Rio Tavares, a Oeste.

Os moradores mais antigos ainda têm na memória os relatos sobre a existência de negros escravos na época da ocupação do Campeche e guardam uma imagem atenuada da relação entre senhores e escravos. *“Naquele tempo tinha muita escravatura. E quem tirou aquela madeira, um tal de tio Januário, mas era um pretinho. Muito velho, muito velhinho. Tinha também o Seu Izidro pretinho, o Seu João Teresa que era pretinho. Eram todos escravos. E tinha a tia Joana Lopes, que era escrava. Na Armação também tinha um senhor que morreu agora com 115 anos, um tal de João Fernandes, era um pretinho, trabalhava aqui com o meu avô. Também era escravo. Meu bisavô, João Duarte Flores, da família dos Severino, quando veio da Costa da Lagoa pra cá trouxe esse pessoal. Eram escravos e fizeram a casa e o engenho. Isso é mais ou menos em 1870, 1875 porque meu avô casou em 1888 quando houve a liberdade. Então o meu pai nasceu naquela casa em 1902.”*

Destaca o espírito de solidariedade presente entre os antigos moradores do Campeche. O trabalho na roça era familiar. A pesca um pouco menos, mas também tinha este caráter. Mas quando alguém “caía doente”, expressão utilizada pelo Sr. Gino, ou ficava impedido de trabalhar por outras

razões, todos se juntavam e ajudavam no trabalho ou no que fosse necessário, até que o enfermo se restabelecesse e voltasse à ativa. Esta prática comum na comunidade era conhecida como “adjutório”.

Havia também o hábito de visitas entre as famílias, nos fins de semana. A missa na igreja de São Sebastião que ocorria regularmente - era celebrada por um padre vindo do Bairro Trindade - e se constituía num espaço social importante. As informações circulavam pelas residências através de um garoto da comunidade. Eram promovidos pela comunidade bailes, festas, saraus, etc. A Festa de Santos Reis era realizada todo ano.

Ou seja, as atividades culturais e as relações sociais na comunidade eram espaços importantes para a identidade local. Sr. Gino recorda com saudade que *“Na época de festa, o Pedro Vidal, morador do Córrego Grande que tinha um açougue ia à Serra, em Bom Retiro, Alfredo Wagner, Taquara, Rancho Queimado, buscar de 15 a 20 bois pra vender no interior da Ilha. Era época de festa. Todo mundo gostava da tradição, de brincar com o boi bravo. Animava.”*

Este é o panorama de como viviam e produziam a existência os moradores nativos, antes do processo de urbanização do bairro. Tanto as relações sociais de modo geral como a relação com o espaço sofrem mudanças profundas e sobre isso trataremos no capítulo a seguir.

4.2. O Campeche como Espaço de Valor-De-Troca

A transformações observadas no Campeche ao longo das últimas décadas, têm como conseqüências: a desintegração do antigo modo de vida baseado na agricultura e na pesca com a produção dos meios de subsistência e, um acelerado processo de urbanização da cidade de Florianópolis que, por conseguinte, tem impactos no distrito do Campeche.

Esse processo de urbanização em curso no Campeche acarretou mudanças significativas na estrutura social, ocasionando uma nova relação da população com o solo. (...) Tal processo de urbanização havia modificado a relação existente, no passado, entre espaços públicos e privados. (AMORA : 1996, p. 35)

Dentre as mudanças significativas no modo de vida da população nativa, temos a chegada de novos habitantes e com isso, as relações sociais e a relação com a terra são alteradas. Sr. Gino expressa a percepção dessa mudança da seguinte maneira: *“Tinha muito cuidado, naquele tempo. Respeitava o dos outros. Todo mundo tinha seu terreno. Não tinha briga por terra. Mas a vida trocou muito, né? Não se vê mais nada, quase.”*

A terra utilizada para o desenvolvimento, manutenção e reprodução de um modo de vida peculiar, fundamentava as noções de tempo e espaço e os valores de vida de cada um e de toda a comunidade. Como tempo a terra vai deixando de cumprir o papel de meio de subsistência e as relações sociais vão se metamorfoseando.

O processo de urbanização no Campeche deu-se sobre uma estrutura social e fundiária rural cujos valores eram tradicionais. A história da transformação deste espaço é também a história da sua inserção na sociedade e na vida urbana, é o seu caminhar rumo à cidade, articulando-se, cada vez mais, a vida da comunidade tradicional com a do sistema dominante, o que ocasiona uma modificação na relação da população nativa com a terra. (AMORA : 1996, p. 49)

A mudança nos hábitos, principalmente os relacionados às práticas econômicas de subsistência, vai se consolidando nas últimas décadas. A necessidade de buscar novas possibilidades profissionais e, majoritariamente, formas de sustento familiar levam essa população nativa a buscar empregos, principalmente na região central da cidade. Essa realidade é captada na fala do Sr. Gino: *“O pessoal começa a arranjar emprego lá pelo ano de 80, 75, prá cá. Antes trabalhavam na roça. Cada família tinha várias roças: duas de mandioca, uma de aipim, uma de batata-doce, amendoim pro gasto. Às vezes, vendíamos muita coisa. A família Rocha colhia muito amendoim: 40, 50, 60 sacos por ano. Quem trabalha na lavoura planta de tudo. Se uma não dá. A outra dá e é assim. Nós tínhamos também muito animal, muita galinha. Minha avó criava galinha. A gente plantava milho para os animais. Naquele tempo a gente vendia leite de vaca. Hoje não se vende. Hoje tem a cooperativa. Vendíamos ou dávamos para um, para outro. Só tinha leitão para abater. O boi, não. O pessoal antigo não. Às vezes meu avô matava, quando tinha um animal muito bravo.”*

As atividades econômicas dos indivíduos, até então diretamente ligadas à terra e, complementarmente, vinculada ao mar determinavam a “profissão” e especialização dos antigos moradores. A divisão social do trabalho não era complexa, embora houvesse diferenciações que é apontada pelo Sr. Gino: *“Cada um tem a sua profissão. Então, quem é da lavoura, é da lavoura. Quem é açougueiro é açougueiro. Na lavoura fazia-se farinha, açúcar, colhia algodão. Não dava tempo de matar animal. Naquele tempo, para matar animal em época de festa, tinha que estar nas portas, vendendo primeiro. Hoje não. Antigamente, antes de abater um bicho de 200kg, tinha que andar vendendo. Tinha pouca gente! Não podia guardar muito tempo a carne. Não tinha gelo. Tinha que tirar a carne, escalar, botar no sal, botar na prensa e deixar secar pra fazer charque. Aí durava. Minha avó gostava de matar porco para fazer banha. 2 litros de torresmo, toucinho largo.”*

Novos hábitos correspondentes a um novo modo de vida tipicamente urbano, criaram necessidades que não podiam ser respondidos a partir das práticas tradicionais dos nativos. Mais do que os produtos para garantir a sobrevivência: alimentos, vestimentas, utensílios simples etc., busca-se outras mercadorias. Essas novas demandas requerem a inserção no mercado de trabalho da cidade a fim de auferir rendas para suprir tais necessidades. Outra alternativa encontrada pelos moradores nativos foi a venda das suas terras (valor-de-troca). Esse processo de venda das terras é relatado pelo Sr. Gino: *“O primeiro comprador foi o Brinhosa, alemão, que morava no Morro das Pedras. Fez grande plantação de eucalipto e cedro. Muitos foram cedendo e muitos paravam de plantar porque plantavam na terra dos outros. Daí o*

proprietário dizia pra não plantar mais porque ia vender. É igual o campo: eu estava plantando. Este ano não plantei. A Base não autorizou mais a plantar. E eu falei: porquê? Eu só quero a planta. Não vou querer o terreno e me responderam: - Pois é, mas o senhor sabe, vem essa plantação aí, pode ser negócio dos Sem -Terra. Imagina!”

Como a maioria dos antigos nativos, o Sr. Gino também não tem mais terras extensas para sua roça de mandioca, de milho ou de outra planta qualquer. Um dos últimos engenhos que processavam a mandioca produzida no distrito funcionou pela última vez no inverno de 1998. Não há mandioca em quantidade suficiente que justifique o funcionamento dos engenhos, encerrando assim o ciclo que explica a desintegração de um modo de vida pré-existente, pois:

A perda e o parcelamento da terra ameaça a desagregação da pequena produção. Em um primeiro momento, o camponês busca manter a sua condição camponesa através de uma atividade suplementar ou trabalho acessório. Este de início ajuda a manter esta condição, depois, passa a exigir a maior parte da energia da família, levando ao descuido com o cultivo da propriedade e a sua conseqüente redução, seja por venda ou por arrendamento. Chega um momento em que o trabalho suplementar deixa de ser acessório, se constitui na principal fonte de subsistência da família e o camponês vai se tornando cada vez mais dependente da economia dominante. (LAGO : 1983, p. 14).

Esse processo em que o trabalho suplementar torna-se atividade principal é corroborada com a chegada da infra-estrutura na região, facilitando

o acesso dos nativos ao centro como também o acesso de moradores do centro da cidade ao distrito Campeche. Catalisa o processo já em andamento de abandono das atividades de subsistência tradicionais.

Novas atividades e novos valores vão se cristalizando e se sobrepondo aos predominantes anteriormente. *“O pessoal de 1970 pra cá, foram estudar. Quando fizeram a Vila Operária no Saco dos Limões, logo fizeram o Grupo Escolar Getúlio Vargas. A Eva (filha mais velha do Seu Gino) estudou ali. Dali foi para o Instituto e depois para a Universidade. A família do Raulino, os netos e os bisnetos também estudaram. Um é capitão do exército, outro é major, outro é engenheiro... Antigamente, no interior do Brasil inteiro, não só na Ilha, perdia-se muita gente boa. Não tinha possibilidade de ir pro Rio de Janeiro estudar, ir pra São Paulo. Depois, não. Veio o Colégio, aquele Instituto de Educação era o Quartel Velho do exército. Quando fizeram o quartel novo, no Estreito, aquilo ficou abandonado. Chamava Campo do Manejo. Tinha um pasto grande na frente onde a gente ia fazer feira. Levava as carretas do Pântano do Sul, Ribeirão, Lagoa, Itacorubi...Fazia a feira ali e dali levava para o mercado. Daí fizeram o Instituto e outro grupo. Daí o pessoal foi estudar e abandonou a lavoura. Daí veio mais emprego: um foi para a polícia, outro para a marinha”,* conta o Sr. Gino.

Podemos verificar que a inserção da população nativa em outros espaços sociais foi se efetivando nas últimas décadas:

No Campeche, foi possível observar que foram sendo incorporadas, pela população nativa, cada vez mais atividades de cunho urbano, dessa forma o universo do trabalho passa a

ser identificado com o do urbano. É o caso de uma série de exemplos de mudança de atividade rural para urbana. É comum encontrar filhos de pescadores-lavradores como bombeiros, policiais e soldados da aeronáutica. [...]Ou aquele de um dos informantes, nativo, que na infância ajudava o pai na roça e na pesca, e hoje é pequeno agente imobiliário. Fazem-se presentes ainda, aqueles que conseguiram se inserir na nova ordem em posições subalternas, trabalhando como assalariados ou prestando um sem número de pequenos serviços de média para baixa remuneração, para os novos moradores da área. (AMORA : 1996, p.61)

Mesmo entre os mais antigos moradores, a percepção da inevitabilidade do fim das atividades anteriores e os desafios frente a novas “profissões” vai se consolidando, conforme aborda o Sr. Adriano: *“Hoje, quem planta não arranja nada. Leva muito tempo para adquirir alguma coisa. Preferem trabalhar numa construção, numa casa, como servente do que ir para roça. E hoje em dia o pagamento é semanal. Hoje a comunidade está cheia de pedreiros, carpinteiros. Antigamente não tinha. Eram um ou dois que faziam esse serviço.”*

A desestruturação do antigo modo de vida baseado na produção para subsistência, provocado pelo desenvolvimento das forças produtivas com possibilidades de maiores “ganhos” através do trabalho assalariado leva a uma mudança na relação com a terra, quando estas passam a deixar de ter valor de uso para se transformar em mercadoria.

É importante observar como este processo de transformação social tem suas conseqüências sobre a relação da população com o solo, que sofre uma mudança a partir do próprio processo de transformação do sistema de valores da população. Ao longo do tempo, com a modificação do sistema de valores da comunidade tradicional, temos a modificação da relação da população com a terra. A terra deixa então de servir para a população nativa diretamente como meio de existência, adquirindo valor de troca, é inserida no mercado de terras. (AMORA : 1996, p. 62)

A cultura de oferecer um “dote”, ou seja, um lote de terreno para cada filho ou filha, em ocasião do casamento somada à necessidade de receitas para suprir a sobrevivência - pois houve um momento em que não se produzia o necessário para o consumo familiar -, fez com que os terrenos fossem sendo desmembrados. É o caso do “Seu” Gino que ficou com apenas um lote de 800 m². Apenas uma filha mantém o lote que ganhou como dote.

Para a comunidade nativa, a construção do espaço urbano no local tem como conseqüência, sobre o seu sistema de valores, uma nova relação com o solo. Este deixa de ter a condição de suporte para a produção e para a subsistência do grupo social, passando a garantir remuneração a partir da sua alienação.[...] De espaço qualitativo, no qual os homens se reconhecem, passa a espaço quantitativo e abstrato, isto é, valor de troca. Desta forma, a terra transforma-se em terreno. (AMORA : 1996, p.73).

Esse processo de transformação da relação com a terra intensifica-se a partir dos anos 60 do século XX com a urbanização da cidade de Florianópolis.

Ocorre um rápido crescimento populacional, em parte devido a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico – BRDE, da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e de outras empresas estatais, que atraem profissionais de outras regiões que migram para a cidade trazendo seus familiares.

O incremento do turismo com a definição desta vocação para a cidade como um todo provocou uma rápida ocupação dos espaços disponíveis nas praias. Esse processo tem sido intenso no Norte da Ilha de Santa Catarina que tem apresentado grande demanda de terrenos por migrantes vindos do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Argentina.

Já os bairros do Sul da Ilha como Pântano do Sul, Armação e Campeche são menos procurados do que os bairros do Norte como Canasvieiras, Ingleses e Jurerê. Além de paisagens naturais muito bonitas, os terrenos são muito mais baratos em comparação com o Norte e Leste (Lagoa da Conceição, Joaquina, Barra da Lagoa, Santinho).

Muitos funcionários públicos e comerciantes, enfim, classe média que pretendia ter uma “casa na praia” para a temporada, adquirem terrenos no distrito Campeche.

Num primeiro momento, para utilizá-la apenas na temporada de verão. Com o passar do tempo, o centro da cidade ficou “mais próximo”, a infraestrutura urbana se estende por meio de estradas, pavimentação, luz elétrica e transporte urbano e, assim, de “casa de praia” passa a se transformar em moradia fixa.

José Eron, que reside no Campeche a partir de 1988, em seu relato expressa esta realidade: *“Morava antes no Centro. Nasci no Saco dos Limões. Somos em 3 irmãos. Viemos para o Campeche com o intuito de ter uma casa na praia. Todo mundo queria ter. Meu pai era contra. Não queria sair do centro. Nosso vizinho, Seu Tito, casado com a sobrinha da minha mãe queria vender o terreno. Ele dizia: ‘Eu dou pro senhor, e o senhor me paga quando quiser’. Daí o pai comprou. Era muito grande. Isso no final da década de 70. O lote ia pela estrada. Não tinha asfalto, era terra. Atravessava a estrada e ia até o topo do morro. Uma parte meu pai vendeu. Ainda tenho a documentação. A largura é de 50 metros de frente e 750 metros de fundo.(...). Eu tenho 26 anos. Tivemos casa de praia, depois viemos morar para cá. Lugar mais calmo, diferente do Saco dos Limões, lugar violento. A gente sempre passava o fim de semana na casa de praia. Um dia, quando voltamos para casa, ela tinha sido arrombada. Daí meu pai disse: ‘chega, não dá mais. Vamos morar na praia’. Fizemos uma semana de experiência e depois ninguém quis voltar. Foi uma maravilha. Isso em 1989.”*

Essa era a realidade de boa parte das pessoas que elegeram o distrito Campeche como seu lugar de moradia. Vários fatores como os altos preços do apartamento localizados no centro da cidade de Florianópolis, preços muito maiores que os terrenos no distrito Campeche, o rápido adensamento dos bairros próximos ao centro, os diversos conflitos surgidos com a acelerada transformação do centro da cidade como o congestionamento do trânsito, barulho, violência, poluição, etc., provocaram um “êxodo urbano”, do centro para a periferia, do urbano para o “rural”, porque na verdade, o Campeche até

muito recentemente era caracterizado pela administração pública como área rural, cujo modo de vida até então prevalecente correspondia à economia de subsistência, como já vimos anteriormente.

Rapidamente a característica do distrito Campeche vai se configurando como um bairro residencial “dormitório”, onde a maioria dos moradores, reside e desloca-se para o trabalho no centro ou para os bairros centrais de Florianópolis como o centro velho, o atual campus da Universidade Federal de Santa Catarina, os bairros Agrônômica, Estreito, entre outros.

Observa-se, diariamente, um movimento pendular da população moradora do Campeche: de manhã, bairro-centro e à tarde, o oposto. Uma marca flagrante deste processo se observa nos congestionamentos significativos na principal via de acesso ao bairro: a Via Expressa Sul e Costeira do Pirajubaé, que se tornou um verdadeiro transtorno no trajeto centro-bairro e bairro-centro, onde centenas de carros formam filas nos horários de pico.

De manhã, entre sete e nove horas, no horário do almoço entre doze e catorze horas e à tarde, entre dezessete e vinte horas, repete-se o congestionamento do trânsito, fenômeno típico das grandes cidades modernas.

O processo de fuga das pessoas do centro urbano para os bairros mais longínquos, rapidamente carrega consigo boa parte dos males da cidade grande. O morador José Eron destaca algumas características do bairro: *“O transporte para o Campeche em 89/90 era ruim. Tinha poucos horários. Mas eu sempre pegava o ônibus vazio. Eu parecia um estranho no ninho. O pessoal*

daqui era diferente, a cor da pele meio amarelada. Vantagens de morar no centro: a proximidade de tudo. Antigamente aqui não tinha nada. Nem padaria e nem farmácia. Até hoje, lá perto de casa não tem nada. Sempre trabalhamos no centro, eu e a família. Vantagens de morar no Campeche: a principal é a tranqüilidade. Chegar mais tarde no centro era briga na rua. Gente estranha no terreno. Já aqui encontrei amizades, o que não tinha no centro. Há muito respeito pelas pessoas. Aqui meu pai e minha mãe encontraram valores que estavam perdendo lá no centro. Logo que viemos morar para cá, veio o 'Terno de Reis'. Prá eles, meus pais, foi ótimo, pois eles foram resgatando coisas antigas deles. Talvez a escolha do Campeche até tivesse algo a ver com a busca das raízes. Eles se". identificam muito com a cultura açoriana...[...]

Aspectos negativos de morar no Campeche, hoje: o maior incômodo é o transporte. Está cada vez mais difícil chegar no centro. Há 5 anos não era sim. Há filas, muito carro, muita gente."

A alteração física que se verifica no bairro cujas áreas antes destinadas pelos antigos moradores para as lavouras, ao serem vendidas como lotes para construções de residências, condomínios fechados e prédios, acabaram por obstruir a visão do entorno. Além disso, observa-se a modificação dos traços sócio-culturais do Campeche, que segue no relato de Ergon: *"Tem também a origem desse pessoal. Isso vai interferir muito na cultura daqui. A urbanização traz isso. O pessoal mais novo não quer ser chamado de nativo. Vem a cultura de fora... Porque o filho de nativo tem vergonha de ser identificado como nativo. As gerações mais novas não gostam de ser associadas com nativos. Manezinho é Mané, matuto. Não querem ser considerados assim. Também a*

entrada do capitalismo selvagem: televisão, computador, prancha. O nativo tem vontade de ter essas coisas que antes ele não tinha facilidade (...). Eles acham que tem que se modernizar...Acho um absurdo essa cultura gauchesca de CTG (Centro de Cultura Gaúcha)... Como São José, com cultura açoriana tão marcante, possa divulgar o CTG?”

Em suma, constatamos as mudanças no processo de ocupação do bairro. Mudanças no perfil da população, mudanças nas aspirações das novas gerações, descendentes da população nativa e, principalmente, na relação com a terra que durante décadas serviu à produção da existência dos antigos moradores e nestes tempos modernos se reduz à mercadoria, sendo comercializadas para novos segmentos que vão compor a população do Campeche.

Essa ressignificação da terra – de valor-de-uso para valor-de-troca – é a marca principal deste período. De áreas de plantio e pasto temos a transformação de terrenos e de loteamentos para habitações.

É o que veremos a seguir, em áreas distintas do Bairro Campeche.

5. NOVOS MORADORES: TEMPO E ESPAÇO MODERNOS

5.1. Loteamento Areias do Campeche

O loteamento Areias do Campeche se constituiu como espaço contíguo à Área de Preservação Permanente - APP. A área foi cedida pelo Governo Ivo Silveira, em 1955, a Henrique Berenhausen¹⁶.

Os Berenhausen já tinham terras ao redor desta área, recebidas por meio de herança ou adquiridas dos nativos, numa faixa entre o Morro das Pedras e a Lagoa da Chica e, também, a Oeste das Areias.

A partir de 1951, Henrique Berenhausen realiza o reflorestamento com eucaliptos. Em decorrência de uma praga de formigas substitui o eucalipto por uma espécie exótica, o *Pinus Eliotis*, vegetação mais resistente.

Em extensa área, a família Berenhausen mantinha um haras. Alguns empreendimentos imobiliários foram promovidos pelos mesmos como o Residencial Morro das Pedras, a Oeste e anexo às Areias do Campeche e Porto das Marés, o Flat Service, ao Sul das Areias além de diversos loteamentos de médio e alto padrão.

A faixa das dunas e restinga foi preservada até o início da década de 80 do século passado. Conforme depoimento da família, essa intenção

¹⁶ Conforme depoimento de Helena Maria B. Capella, filha de Henrique Berenhausen.

preservacionista motivou o Sr. Henrique a reivindicar as terras. As invasões e ocupações deste trecho do Campeche por pessoas vindas de várias regiões do Estado de Santa Catarina e de Florianópolis teriam descaracterizado a área de preservação, levando-o a desistir de tais objetivos. Em 1982, Henrique passa a propriedade das terras recebidas do governo para cinco herdeiros.

O Loteamento Areias do Campeche situa-se entre as localidades Morro das Pedras e Lagoa da Chica, *“onde está prevista no Plano Diretor, a passagem da Via Parque, estrada projetada para ligar a praia do Campeche à Joaquina”* (O Estado, 18/08/1994) e ocupa 29.128,47 m² com mais de uma centena de famílias.

Em 1983, famílias de artesãos que trabalhavam na Praça XV de Novembro, centro de Florianópolis, escolheram este lugar para residirem. Pretendiam constituir uma comunidade alternativa auto-sustentável.

Organizaram-se a partir do local de trabalho (Praça XV, sob o monumento histórico à Guerra do Paraguai) e implementaram a ocupação da área acima referida para construir suas residências. O recrutamento de novos moradores, as decisões acerca dos problemas cotidianos da comunidade e as decisões necessárias eram tomadas neste espaço. Este núcleo inicial de moradores não se sustenta como direção do movimento de ocupação.

As dificuldades de manter os ideais e os princípios de vida almejados e de existência material dos mesmos em função da retração no fluxo de turistas, consumidores da produção artesanal existente, decorrente do lançamento do

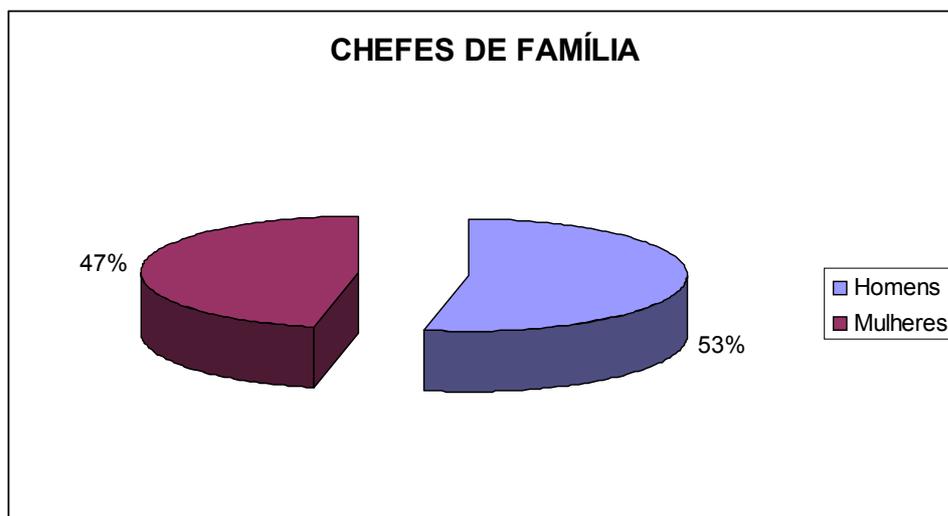
Plano Real, provocaram o declínio deste grupo. Assim, o perfil da população que ocupa as Areias do Campeche vai se alterando.

A localização das Areias do Campeche, relativamente próxima ao centro da cidade e a disponibilidade de lotes com preços acessíveis à população de baixa renda, são os principais fatores de atração destes novos moradores. Essa população é, em sua maioria, formada por trabalhadores sem ou com pequena qualificação profissional, baixa escolarização, ex-lavradores deslocados de suas terras e cidades, originários do interior (principalmente do planalto catarinense – região de Lages), que migraram devido à crise na agricultura em meados dos anos 1980. O êxodo rural provocado por essa crise empurra os trabalhadores num primeiro momento para cidades maiores próximas, ainda no interior, e depois, para centros regionais como Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. Devido as suas condições sócio-econômicas somente conseguem habitar em espaços pouco valorizados, desocupados ou com preços compatíveis com suas parcas possibilidades.

A mercantilização das terras ocupadas, em lotes de pequenas dimensões, medindo aproximadamente 10m x 20m, com preços reduzidos em relação a outros lugares do próprio Campeche, atrai esses trabalhadores de baixa renda da Grande Florianópolis, do interior do Estado e de outras localidades.

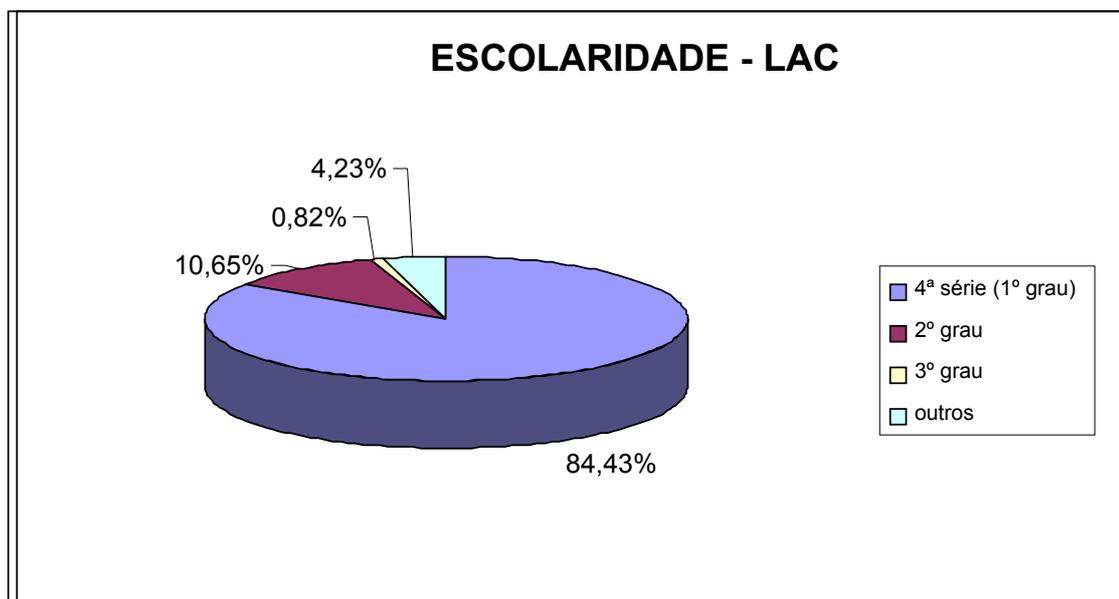
Apresentamos a seguir gráficos¹⁷ que demonstram o perfil das famílias moradoras no Loteamento Areias do Campeche.

GRÁFICO 1:



Fonte: Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis.1994

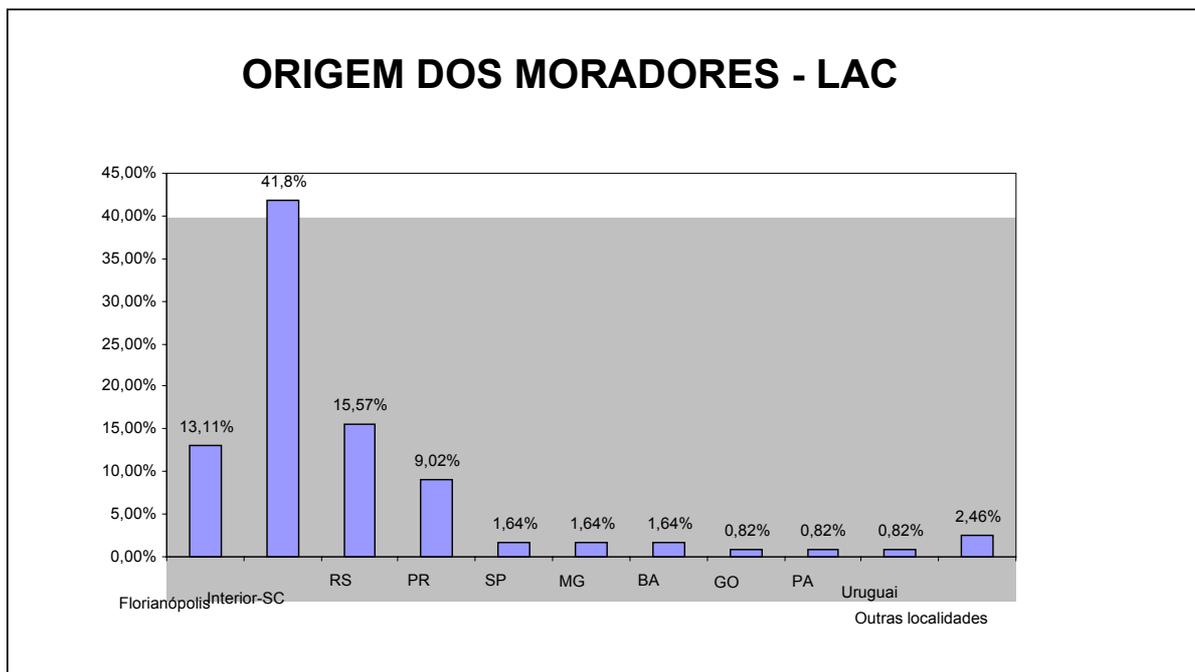
GRÁFICO 2:



Fonte: Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis.1994

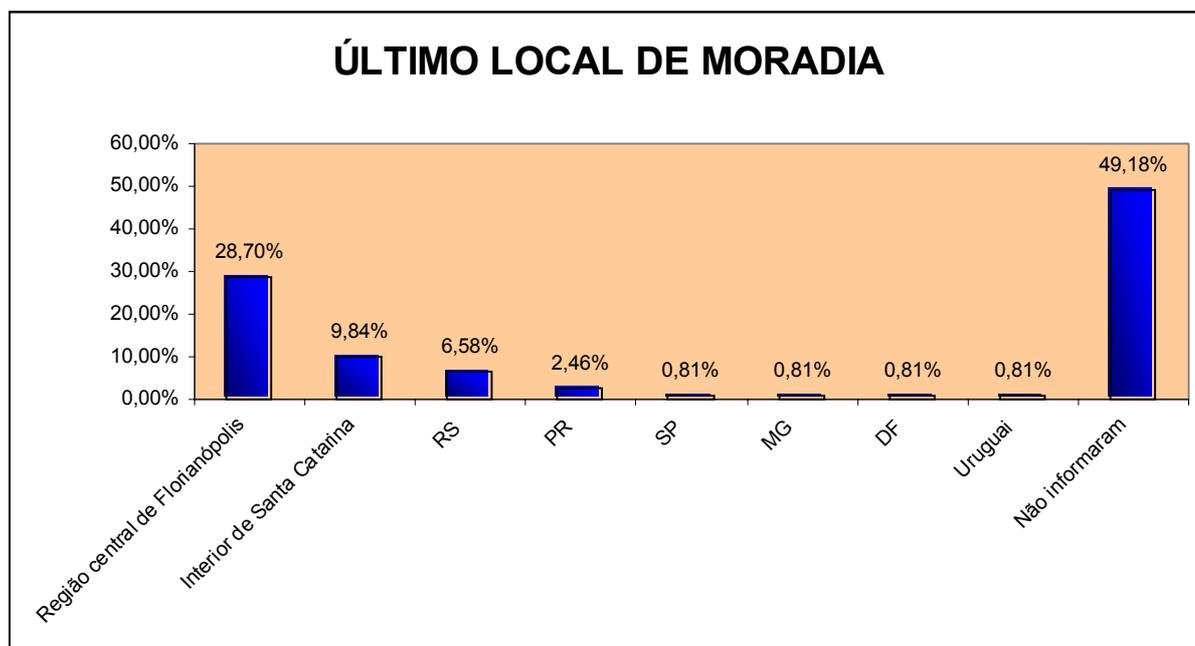
¹⁷ Os dados foram extraídos de pesquisa efetuada pela Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis – ano base 1994 (Anexo VIII) – e tabulados por Paulo César da Fonseca Neves.

GRÁFICO 3:



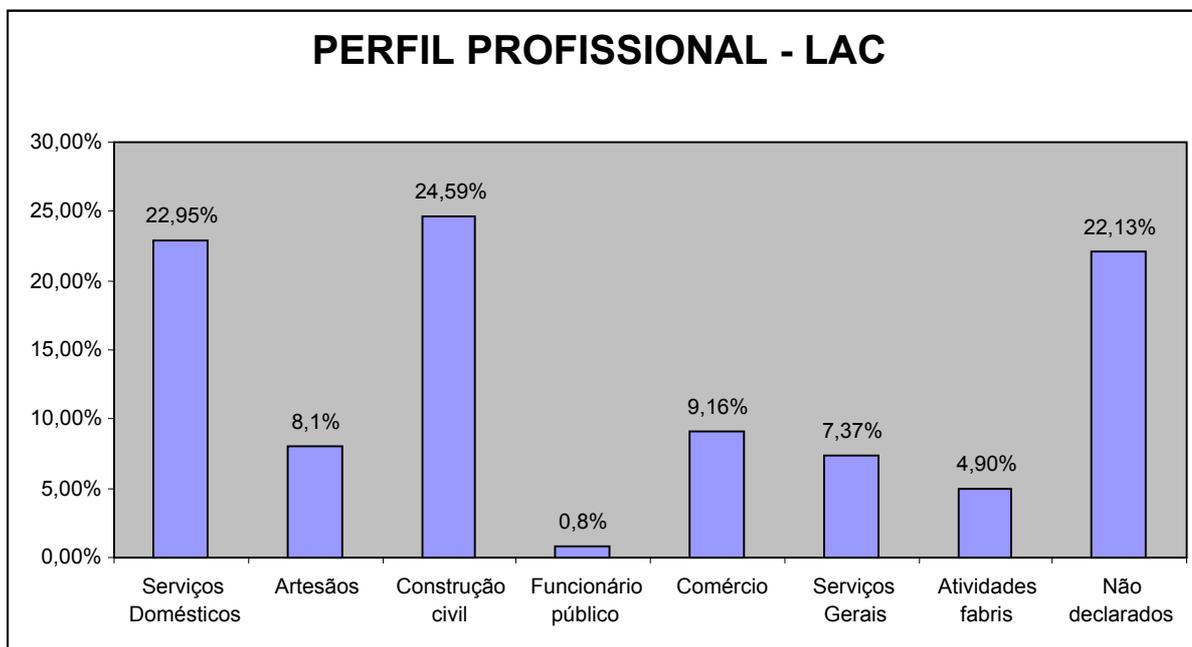
Fonte: Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis.1994

GRÁFICO 4:



Fonte: Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis.1994

GRÁFICO 5:



Fonte: Secretaria de Habitação do Município de Florianópolis.1994

Conforme podemos observar nas representações gráficas, a situação das famílias que habitam o LAC é expressão comum da lógica do capital, no qual os centros urbanos absorvem populações que se deslocam para vender sua força de trabalho, em busca da sobrevivência, em momentos de expansão econômica da cidade que exige a ampliação de serviços e de infra-estrutura urbana e com isso, abre-se novas frentes de trabalho.

Após a sua implantação, essa população migrante, encontra dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Criam relações sociais com o novo espaço e na impossibilidade de retorno aos seus locais de origem, por razões econômicas, fixam-se nesses centros, reproduzindo suas vidas por meio do subemprego ou em empregos de baixas remunerações e em condições

precárias em áreas sem infra-estrutura e distantes das regiões centrais da cidade ou quando ocupam áreas mais centrais, vivem em condições sub-humanas. Esse quadro torna-se mais agudo em países periféricos do capitalismo.

Em relação, especificamente, aos dados sócio-econômicos das famílias moradoras no Loteamento Areias do Campeche (ano base 1994) foi veiculado em jornal que se trata de uma população de *“operários da construção civil, funcionários da Prefeitura, Casan, Celesc, policiais civis e militares, diaristas, artesãos, e oito comerciantes com casas instaladas. Boa parte das pessoas tem a fisionomia típica da região serrana, com a pele mais escura e traços indígenas. Quase todos vieram do interior do Estado”*. (Jornal O Estado, 18/08/1994).

De acordo com dados levantados junto à Secretaria de Habitação e em artigo publicado no Jornal O Estado, podemos perceber uma caracterização da população residente nas Areias do Campeche. Há um número total de 128 famílias residentes somando 522 moradores. Destes moradores 181 são crianças (de idade pré-escolar até 14 anos). 2/3 da população adulta não conseguiu terminar o ensino fundamental (antigo 1º grau) e 68% dos moradores trabalham na informalidade.

Outra questão que nos dá uma idéia das condições de vida dessa população é o enorme índice de mortalidade infantil e aborto existente. Essa situação explicita as dificuldades vivenciadas pela comunidade.

Também temos residindo na localidade funcionários públicos e trabalhadores com baixos salários além de desempregados que se deslocam e se fixam na Areias do Campeche para escapar dos aluguéis das moradias.

No início dos anos 90, aproximadamente oitenta famílias, que desenvolvem vínculos comunitários na localidade. As crianças freqüentam escolas na região do Campeche e os moradores trabalham nas proximidades ou no centro da cidade. A vida cultural e afetiva se desenvolve neste espaço com a organização de uma associação dos moradores. Dentre as ações dessa comunidade observamos a prática de auto-construção, a implementação de uma escola de alfabetização e ensino supletivo, práticas esportivas, entre outras iniciativas autônomas.

A área ocupada era objeto de disputa judicial, sendo que desde 1986 foi instaurado um processo judicial de reintegração de posse, impetrado pela família Berenhausen. Em 1994, a Justiça determina a reintegração de posse que não é executada por várias razões.

Na ocasião é iniciado um processo de negociação para a saída dos moradores, sendo ofertada a possibilidade de transferência das famílias ocupantes da Areias do Campeche para outra localidade situada à Rua Tereza Lopes, em área de propriedade dos Berenhausen.

A resistência dos moradores da transferência para o novo lugar em função da inexistência de infra-estrutura urbana somada aos vínculos já constituídos na Areias do Campeche originados de sua ocupação na localidade com investimentos e economias na compra dos terrenos e construção das casas e benfeitorias faz com que a proposta não se efetive.

Este impasse ganha expressão pública com a cobertura do caso pela imprensa (Jornal O ESTADO, 18/08/1994) e o caráter social da ocupação urbana se explicita, evidenciando as conseqüências da potencial execução da determinação legal pela reintegração de posse. A visibilidade da questão tem como conseqüência o apoio aos ocupantes da Areias do Campeche pela população.

A partir de uma segunda determinação de reintegração de posse, em abril de 1995, acentua-se um movimento de resistência à retirada da população que ocupava as Areias do Campeche, contando com a participação de moradores da região solidários desta causa. Dessa forma, abre-se novos processos de negociação envolvendo a Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, o Poder Judiciário e os moradores.

Disso resulta que a Prefeitura decreta a desapropriação da área em litígio¹⁸ com base na Lei Federal nº 41.342 de 10/09/1962, fundada no argumento da “necessidade social”. Resulta deste processo a proposta de manutenção dos moradores na área sendo condição o deslocamento de todos para a área desapropriada, pois parte das moradias estavam na localidade em questão.

A maioria da população local foi assentada. Os moradores deveriam desmembrar seus terrenos inicialmente ocupados, possibilitando a alocação de outros vizinhos que residiam fora da área desapropriada. O tamanho de cada lote estabelecido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis era de, no máximo, 200m². Essa definição abrangeria a inclusão de mais onze famílias oriundas do

¹⁸ A área de litígio envolve 22.170,47 m², parte da área ocupada.

bairro Capoeiras, localidade da parte continental da grande Florianópolis, segundo o Jornal O Estado.

Mutirões foram organizados entre os moradores locais com a finalidade de construir as suas moradias, as quais se constituíam de casa simples e pequena. Inicialmente elas se compunham de quarto e cozinha e sem acabamento, sendo que parte era de madeira e/ou mista.

Constatada a exigüidade dos 22.170m² desapropriados para a acomodação dos moradores¹⁹ ocorre a negociação com a Prefeitura para a ampliação da área para 29.126,47m². Segundo reportagem do Jornal O Estado, em 23/05/1991, apesar da desapropriação ocorrida, os Berenhausen continuam na posse de 380.098m² da área.

Propostas de legalização do loteamento incluem a possibilidade de recompra dos terrenos pelos moradores, com pagamento de “cotas” mensais, visando também melhorias nas condições de vida e de moradia. O crescimento populacional nas Areias do Campeche aguçou os problemas decorrentes da falta de infra-estrutura neste local. Demandas da comunidade por instalações elétricas, água e outras benfeitorias resultam em atendimento parcial de suas necessidades.

A população local participa ativamente do Orçamento Participativo do município, compondo maioria dentre os delegados representantes da região do Campeche. Conquistam significativos recursos a serem alocados na comunidade para o ano seguinte, em 1997. A derrota eleitoral da então

¹⁹ Cerca de 30 famílias do local mais as 11 famílias deslocadas da parte continental da grande Florianópolis ficariam sem espaço para construir suas casas.

administração municipal²⁰ implicou em descontinuidade das políticas públicas vigentes.

Em decorrência da mudança dos administradores municipais e conseqüentemente das políticas públicas municipais adotadas, as deliberações do Orçamento Participativo da gestão anterior não foram executadas e os ocupantes da Areias do Campeche vêem suas reivindicações desconsideradas.

Os novos dirigentes municipais²¹ buscam descaracterizar a legitimidade do processo anterior do Orçamento Participativo e da desapropriação da área, com o argumento de que “nem todos os moradores beneficiados seriam carentes”. Este argumento consta em reportagem do Jornal O Estado e sustentou a aplicação da Lei Municipal 3.210.

No final dos anos de 1990, as tentativas de um acordo entre os moradores locais e o poder público municipal se sucedem, sem atendimento das necessidades e das demandas da comunidade.

O Decreto Municipal de 04/02/2000 que se refere a ‘Ação de Desistência de Feito’ revoga o caráter social da desapropriação que fundamentava o Decreto Municipal 085/95. Ou seja, a Prefeitura Municipal de Florianópolis não reconhece o caráter sócio-econômico como critério para o assentamento das famílias.

Não obstante, a Prefeitura Municipal de Florianópolis aprovou no mesmo período o Loteamento Novo Campeche – LNC – , empreendimento analisado a

²⁰ Governo Popular – Prefeito Sérgio Grando – gestão 1992-1996.

²¹ Governo Capital da Gente – Prefeita Angela Amim – gestão 1997-2000.

seguir, localizado em área com características geográficas semelhantes às do Loteamento Areias do Campeche – LAC – , cujo tratamento dado pelo poder público é bem distinto.

A situação nas Areias permanece irresoluta até o presente momento e conforme depoimento do Sr. Luis, morador das Areias e atuante na associação, inexistente, atualmente, interesse da família Berenhausen na retomada das terras em função dos altos investimentos necessários para reurbanizá-las nos padrões do Residencial Morro das Pedras, empreendimento contíguo ao loteamento em litígio. Há interesse que o poder público faça o ressarcimento, que entendem ter direito.

5.2. Loteamento Novo Campeche

Em terreno que compunha até os anos 1970 o espólio do Sr. Hipólito Chagas, antigo nativo falecido em 1962, na porção Nordeste do distrito Campeche, situa-se o Loteamento Novo Campeche, empreendimento de alto padrão. O preço dos lotes e apartamentos atingem a faixa de R\$ 400.000,00 e envolve uma área de aproximadamente 216.000m², construída na primeira fase.

Conforme relata Valter Chagas, a constituição do aglomerado de terras pertencentes a seu avô se dá por volta dos anos de 1930. Seu avô era uma pessoa bem relacionada na política e com os políticos dos dois partidos mais importantes existentes à época, qual seja a União Democrática Nacional – UDN – e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –.

Segundo ele, o avô era uma “espécie de coronel” na região. Prestou serviços à Companhia de Saneamento Básico - Casan - nos anos de 1940, tendo sido responsável pelas obras do reservatório construído pela empresa no Morro da Cachoeira do Rio Tavares para a captação de água e abastecimento do bairro Costeira e centro da cidade de Florianópolis. Organizou a ampliação da picada que ligava o Canto da Lagoa da Conceição ao Rio Tavares, contratando moradores da região, aos quais fornecia carroças e cavalos em troca de terras ou outras formas de pagamento.

Atendia necessidades dos moradores mais pobres. O avô de Valter teve o primeiro carro na comunidade. Uma caminhonete que transportava de tudo: remédios, roupas, livros, revistas e contribuiu para o estabelecimento de

vendas no distrito Campeche. Propôs financiamentos tendo como contrapartida a adesão dos mesmos por meio de votos. Atuava como “cabo eleitoral” de políticos influentes. Isso lhe rendeu prestígio e facilitou o processo de acumulação de terras e diferenciação em relação aos outros moradores locais. Valter conta que *“parte das terras ele comprou, outras trocou por mercadorias e outros favores. Outras recebeu como pagamento de dívidas pois quem não podia pagar (em dinheiro) dava terras por conta dessas dívidas”*.

Esse relato, remonta uma relação fundada na lógica do mando, do favor e da subserviência que marca a cultura política patrimonialista e clientelista²² - que não é o objeto desse estudo - remontando as práticas coronelistas observadas ao longo da história política do Brasil. Segundo Leal, o coronelismo se estabelece num sistema de reciprocidade, de “troca de favores” entre os políticos locais e o poder público. De acordo com isso, o paternalismo por intermédio do “favor pessoal” torna-se um importante instrumento de dominação política, transformando favores de toda ordem, tais como a concessão de empregos, empréstimo ou financiamento de dinheiro, contratação de advogado, providenciamento de médico ou hospitalização, apadrinhamento ou batismo de filhos ou de casamentos, **legalização de terras** e muitos outros; em realizações concretas dos préstimos pessoais que dependem direta ou indiretamente da pessoa do chefe local. Nesse tipo de favorecimento, em muitas vezes, não há fronteiras e nem barreiras entre o que é ou não legal, pois *“para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas*

²² A esse respeito ver Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o sistema representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1948. e Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1958

vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito (grifos nosso)” (LEAL : 1948, p.33).

No bojo da lógica do “favorecimento” e da lógica da apropriação privada do público²³, são amparadas as relações políticas e de poder econômico.

Valter Chagas relata ainda sobre suas lembranças em relação à prática de subsistência na região: *“vi o pai e o avô tirar muita mandioca, milho, melancia (...) No morro plantavam amendoim, café sombreado, cana, feijão, banana. Criavam algumas cabeças de gado e produziam leite que entregavam de carroça pela Costeira... Quando o leite era pouco acrescentava com água... Malandragem mesmo.”*

Havia uma parceria em relação às redes de pesca. O Sr. Hipólito, o Sr. Chico Doca e o Sr. Gino possuíam algumas roças que eram utilizadas conjuntamente. O pai de Valter foi pescador embarcado na cidade de Rio Grande - RS e ele ficava até um ano fora da região.

Os terrenos do avô do Valter não foram desmembrados até 1962, ano da sua morte. Os cinco filhos recebem lotes de 500m x 140m cada um, como parte da herança. Na década de 70 do século passado, os herdeiros recebem proposta da Empreendedora JAT Engenharia, de Jair Felipe e Jaime Teixeira e da Nacional Construtora, que pretendiam desenvolver um empreendimento imobiliário no local.

A Pedrita Planejamento e Construção Ltda. - que explorava jazida para produção de britas e de usina de asfalto para execução de projetos imobiliários

²³ O Estado, como instrumento do capital, cria formas de legitimação da ordem através do aparato jurídico e da burocracia. Portanto, a dimensão do público, se circunscreve na manutenção da ordem do capital, que garante propriedade privada dos meios de produção.

- localizada próxima ao loteamento, também participa desse projeto com a implantação da infra-estrutura urbana necessária.

Uma parte dos proprietários venderam seus lotes. Como propriedade da JAT as terras ficaram em pousio, valorizando. A Pedrita executou o projeto nos anos 90.

O preço pago pelas terras, em torno de R\$ 1.200,00 cada lote, em fins dos anos 70 do século XX a ser recebido no período de um ano. O equivalente, na época, ao preço de dois carros populares, segundo o sr. João Chagas. Isto possibilitou a regularização das terras e ainda permitiu, no caso do sr. Euclides Chagas, a construção de uma casa de alvenaria para a família.

João Chagas, beneficiário da herança deixada pelo Seu Hipólito, não vende a sua parte neste momento. Conforme dizia o Seu Hipólito, “terra é terra, nunca morre, não se acaba”.

A infra-estrutura para o Loteamento Novo Campeche tem início a partir do fim da década de 80 do séc. XX.

A seguir apresentamos a tabela de aproveitamento do terreno, declarados no projeto para obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI – , Processo de Licenciamento da FATMA, Nº 0402/91, de 19/06/1991.

Área total do imóvel	210.457,88m²
Área de Preservação Permanente (APP)	37.091,38m ²
Área Disponível	197.802,88m ²
Áreas Verdes Exclusivas	19.784,75m ²
Áreas Verdes nos Passeios	9.034,70m ²
Pavimentação de Passeios	12.024,77m ²
Pavimentação de Ruas	29.606,50m ²
Área total dos 208 lotes	102.976,40m ²

O Sr. João entende que a falta de conhecimento induziu muitos antigos proprietários de terras a vendê-las barato. As necessidades de consumo da população nativa, moradora do distrito Campeche já estão condicionadas por um novo modo de vida - trabalho urbano, deslocamentos, vestuário, alimentação, educação, lazer, moradias de alvenaria – enfim resultantes de novos hábitos.

A satisfação destas necessidades, que se ampliaram nos tempos modernos, foram e continuam sendo custeadas pelos recursos financeiros obtidos com a venda do único bem material até então possuído, as terras de herança.

Na década de 50 e 60 do século XX, “Seu” João cursa a Escola Técnica Federal localizada no centro da cidade de Florianópolis. Foi aluno de Franklin Cascaes, pesquisador das histórias populares da ilha de Santa Catarina, em 1961 e 1962. Forma-se na última turma do curso de Máquinas e Motores. Com este grau de escolaridade e especialização, o que o distinguia dos demais moradores do Campeche à época considerada, consegue se empregar em repartições públicas (Celesc e Casan) nos anos 70 e em empresa de Joinville-SC (Indústria Metalúrgica Tupy). Fato que evidencia uma nova mobilidade social para os filhos daqueles moradores que ocuparam inicialmente a região da Lagoa da Conceição e do Campeche e que tinham na lavoura de subsistência e pesca artesanal seus espaços de vivências e reprodução.

Esta trajetória social fez com que “Seu” João conseguisse condições de existência através de trabalho assalariado, não necessitando vender suas

terras como o fizeram seus primos, herdeiros, como ele, das terras do “Seu Hipólito”.

A urbanização no Distrito Campeche propiciou valorização do espaço e no espaço, elevando significativamente os preços das terras locais.

Recentemente, após o empreendimento LNC já estar executado (em 4/5 dos 270.000m² da herança original), “Seu” João negocia suas terras (54.000m²) com a empreendedora, na condição de receber infra-estrutura, em troca de metade da área. Torna-se, então, proprietário de 20 lotes urbanizados, que passam a integrar o Loteamento Novo Campeche.

Os preços dos lotes variam entre R\$100.000 e R\$400.000 (em 2002) de acordo com a localização e tamanho.

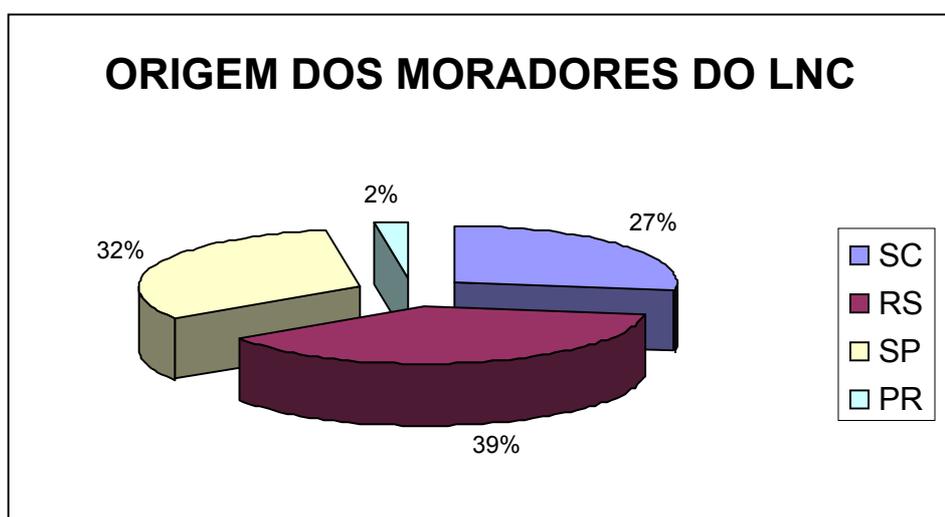
Desde a compra das terras em fins dos anos 70, a empreendedora implantou infra-estrutura (esgoto pluvial, guias, sarjetas, asfalto, água, iluminação das ruas...). Novos empreendimentos (dentro do loteamento Novo Campeche) como pousadas, centro comercial e prédios como o Costa do Sol Residencial, edifício residencial composto por dez apartamentos, sendo duas coberturas, sacada com churrasqueira, elevador, salão de festas, garagem coberta privativa, depósito individual, equipamentos para TV e Internet a cabo, etc.). O preço desses apartamentos varia entre R\$150.000,00 e R\$ 250.000,00.

A partir de depoimentos de dona Maria Izabel²⁴ e dos dados fornecidos por ela²⁵, organizamos um quadro geral, delineando o perfil dos atuais

²⁴ Maria Izabel é uma das primeiras moradoras do LNC. Adquiriu um lote de 450m², em 1994. Construiu sua edificação e se mudou, em 1995. Participou da fundação da Associação dos Moradores do LNC, sendo presidenta por três mandatos sucessivos,

moradores do loteamento. Os gráficos abaixo se referem aos dados extraídos de um universo de 22 famílias. Temos um total de 70 famílias residentes na localidade em questão. O percentual está sendo calculado num universo de 41 pessoas. Temos registrado a seguinte faixa etária dos chefes das famílias: o mais idoso com 68 anos e o mais jovem, com 27 anos.

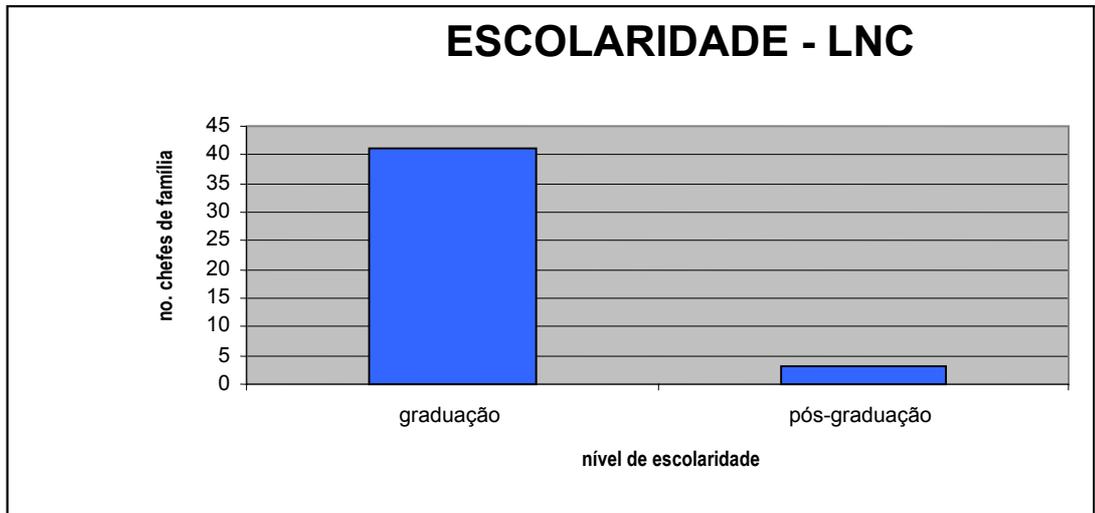
Gráfico 6



Fonte: Pesquisa de Paulo César da F.Neves com Moradores LNC, 2002

²⁵ Ver Anexo IX, que contém os dados extraídos que foram tabulados por Paulo César da Fonseca Neves.

Gráfico 7



Fonte: Pesquisa de Paulo César da F.Neves com Moradores LNC, 2002

Gráfico 8



Fonte: Pesquisa de Paulo César da F.Neves com Moradores LNC, 2002

Como poderemos observar nos gráficos, a composição social – atividade profissional, formação escolar, situação financeira, expectativas e aspirações de vida, de classe, etc. - dos moradores do LNC são totalmente distintas das dos moradores do LAC.

O que os unifica são a localização e a condições naturais. Além disso, conforme demonstra os gráficos, os estados de origem também são os mesmos, embora não em proporções. As motivações para os deslocamentos também são distintas. Temos no LNC a existência de belezas naturais e a busca por qualidade de vida e segurança etc.

Os moradores do LNC já vieram para o lugar com relativa estabilidade material - embora os mais jovens configuram uma população com especificidades quanto às perspectivas de vida – radicalmente diferente à dos moradores dos LAC, em todos os sentidos.

Estão em conflito aberto inclusive, com intensa mobilização dos moradores mais antigos do LNC, para impedir a construção de prédios de quatro andares, apartamentos destinados à classes de renda inferiores às suas, construções que obstruiriam a vista do mar, entre outros transtornos, a tranqüila vida que constituíram no loteamento até então.

A investigação nestes dois loteamentos, entre tantos outros existentes no bairro Campeche, tenta demonstrar os processos de valorização do espaço e no espaço, suas particularidades e similaridades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de organização e reorganização do espaço geográfico no distrito Campeche se insere no bojo de interesses dos diferentes agentes sociais e das atividades econômicas desenvolvidas por seus habitantes.

Desde a sua constituição, no final do século XIX, até os dias atuais o bairro foi marcado por práticas produtivas, sociais e culturais que expressavam um modo de vida da população local. O crescimento vegetativo da população nativa era bem assimilado no próprio local.

A desagregação das terras transformando-se em loteamentos fez parte do processo de urbanização do bairro. Com a implantação da intra-estrutura, o centro da cidade tornou-se mais próximo. Essa proximidade produziu novas relações sociais.

Num curto período, na escala histórica, houve uma rápida mudança no Campeche, o equivalente a um longo tempo de permanência de um tipo de vida que envolveu sucessivas gerações que ali viveram. Estabeleceram um 'modo de vida rural, agrícola e de pesca', no qual prevaleceu o "lavrador-pescador".

A redefinição da pesca artesanal, a expropriação da terra dos nativos, a chegada de infra-estrutura urbana como estradas (mais tarde pavimentadas), energia elétrica, transporte público, escolas, associado ao crescimento da oferta de empregos nos órgãos públicos, sediados na Capital do Estado de Santa Catarina e a ampliação de serviços no próprio bairro para atender a nova população residente, provocou uma rápida desintegração da identidade sócio-

econômico-cultural da comunidade original do Campeche, criando relações sociais típicas dos tempos modernos das grandes cidades brasileiras.

Para responder às novas demandas por bens de consumo duráveis e não duráveis, de escolas para os filhos, entre outras necessidades, os nativos passaram a vender suas terras, impulsionando cada vez mais a mudanças entre os novos costumes e valores com os antigos, que deriva num processo conflituoso e contraditório. Neste sentido, destacamos os seguintes aspectos:

- os nativos abandonam suas práticas originais a partir das mudanças derivadas da relação com terra, que em determinado momento está vinculada a produção da existência e, posteriormente, com o processo de urbanização, transforma-se em mercadoria, a ser trocada para assegurar a aquisição das novas necessidades. Desta forma, aqueles que vendem suas terras (ou parte delas) não tem os meios de produção tradicionalmente utilizados que garantam sua subsistência;
- a pesca artesanal fica escassa e é desestruturada em função das transformações no mundo do trabalho, no qual a introdução da pesca industrial suprime progressivamente as formas artesanais;
- a nova geração da população nativa, em sua maioria, torna-se mão-de-obra barata no centro da cidade ou prestando serviços aos recentes habitantes do bairro, nas atividades ligadas ao comércio, serviços, construção civil e outros, já que não conseguem empregos formais, públicos ou não.

Além dessas mudanças no âmbito do cotidiano dos moradores nativos, novos lotes e loteamentos são implantados no bairro Campeche, redesenhando uma nova geografia. Observamos características muito distintas

entre tais loteamentos como é o caso do loteamento Novo Campeche e do loteamento Areias do Campeche.

Este processo de transformação sócio-espacial pode ser acompanhado na análise da série aerofotográfica de 1938, 1957, 1998 e 2002 (Anexo VI), onde percebemos as mudanças ocorridas no período.

Nas aerofotos identificamos algumas das intervenções antrópicas realizadas. Isto nos permite confirmar diversos depoimentos que relatam o tipo de relação desenvolvida com a terra nestes instantâneos.

Na aerofoto de 1938 observamos a utilização intensiva das terras da região para agricultura. Atividade que ocupou todos os terrenos ao sul do Pontal - toda a extensão entre o Pontal e Mato de Dentro, todo o entorno da Lagoa Pequena e extensas áreas do Morro do Lampião - excetuando-se apenas terras que viriam a compor o reflorestamento de Henrique Berenhausen.

Podemos observar na aerofoto uma imensa “colcha de retalhos”, isto é, grande parte da terra formando quadras limpas preparadas para o plantio ou em descanso e quadras com as plantações em desenvolvimento.

Na aerofoto de 1957, observamos pouca alteração em relação ao uso das terras, com manutenção do uso intensivo para práticas agrícolas, ou seja, permanência das quadras em todos os espaços.

Os antigos caminhos para deslocamentos de pessoas e de produtos/mercadorias correspondem, em cada momento, às condições de existência destes moradores. Antigo caminho do Porto até o Pontal; antigo

caminho do Pontal até o Mato de Dentro, antigo caminho do Canto da Lagoa até o Porto.

Nas palavras de Milton Santos: 'produzir é produzir espaço.' Ou seja, "*As sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem, como visto, relações vitais com seu espaço*". (Santos : 1978)

Essa premissa é importante para a compreensão da formação do bairro do Campeche e as transformações nas localidades Loteamentos Novo Campeche e Areias do Campeche. Desde os fins do século XIX, com o esgotamento das condições naturais e um tipo de expansão econômica, a opção pelo deslocamento e fixação de parte das famílias nativas tem como consequência a formação do que virá a ser o bairro Campeche.

Produzir é produzir espaço e ainda para sua reprodução enquanto seres humanos estes nativos necessitaram criar, recriar ou produzir novos espaços. Continuaram processando, por mais de um século, práticas agrícolas, da pesca e produção artesanal, além de comercialização de algum excedente, mantendo parte de sua cultura nativa e o principal de seu antigo modo de vida.

Subordinaram-se às determinações de um novo modo de produzir suas vidas, quando já não podiam mais continuar se reproduzindo do modo anterior. Um fato emblemático foi o desmonte da casa de pedra tombada pelo poder público, construída em 1870, onde nasceu Seu Gino Bregue, antigo morador nativo, para a construção de um novo condomínio.

No LNC, antes da produção do loteamento em si, havia a constituição de gleba composta de vários lotes ou terrenos amealhados por Hipólito Chagas, a partir dos anos 30 do século XX. Podemos observar este processo como

“produção” de terrenos que, herdados pelos seus descendentes, foram reorganizados e que virão a “produzir” novos espaços, entre eles, o LNC, cuja constituição tratamos de forma específica.

Neste sentido, a valorização do espaço não se confunde imediatamente com outras manifestações de vida social, pois possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares. (MORAES : 1984).

O Loteamento Areias do Campeche tem uma constituição bem diversa do LNC. A própria urbanização da restinga localizada entre a Av. Pequeno Príncipe e as Areias tem sua dinâmica de formação muito peculiar. A apropriação e concentração das terras por Henrique Berenhausen, recebidas em doação do Governo Ivo Silveira em 1955, serviram para agregar valor ao seu patrimônio, somadas às terras compradas, posseadas e herdadas pelo pai.

Este estoque de terras viria a compor a especulação imobiliária local, com a produção do pinheiral, a construção do haras e a implantação de loteamentos de médio e alto padrão, conformando o processo de valorização das terras.

O LAC, desde sua origem, constituiu-se num processo de ocupação nas Areias durante os anos de 1980 seguido de vendas dessas áreas divididas em microlotes para segmentos mais populares estão na lógica de raciocínio “de que produzir é produzir espaço”.

Com o exclusivo objetivo de acumular terras, várias famílias tradicionais e com poder econômico utilizaram-se de meios legais e ilegais na época para a

apropriação das terras²⁶. Essas famílias agiam, se apropriando de terras dos nativos por meio da compra ou através de posseamento, e assim, acumulavam bens imobiliários. Mais recentemente, agentes do mercado imobiliário, grandes proprietários de terras, incorporadores, construtores e o próprio Estado, atuam de forma organizada, planejada, antecipada, projetando os tipos de intervenção nos espaços a maximização do valor do e no espaço.

As diversas intervenções na terra pelos nativos no Campeche, desde o desmatamento até as produções agrícolas e artesanais para garantir sua existência fizeram parte do processo de relação da terra como valor de uso. A construção de suas residências, a obtenção de lenha, a abertura de roças conforme mostram as aerofotos para a produção de diversos produtos (mandioca, café, cana-de-açúcar, melão, algodão, etc.), e a construção de caminhos para circulação de pessoas e mercadorias, a construção dos engenhos necessários para o processamento de mandioca, café e outros produtos, a construção dos ranchos de pesca, a produção das redes e dos próprios barcos, transformavam, reconstruíam os espaços nos lugares, agregando valor, valorizando o espaço por meio do trabalho humano concreto, na produção de valores de uso.

Neste sentido, ficou claro o papel do trabalho como mediador universal dessa relação, sendo o trabalho fonte do valor, essa relação, do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente um processo de valorização. (MORAES: 1984, p. 121)

²⁶ Sobre este assunto, ver artigo do professor Paulo Rizzo, APUFSC, 2000.

No caso particular do LNC, a partir da morte do Seu Hipólito (1962) os herdeiros (quatro de cinco) tiveram que se desfazer das terras e a empresa Pedrita Planejamento e Construção Ltda, que já era especializada em pensar o espaço como mercadoria, objetivando agregar valor via implantação de infra-estruturas, para que com isso a valorização se maximizasse (objetivo maior da existência de tais empresas e de seus empreendimentos), interveio com o objetivo definido de valorização do espaço.

A constituição do LNC com arruamentos asfaltados, escoamento fluvial, guias, sarjetas, iluminação, entre outras benfeitorias e a legalização para que os lotes tivessem escritura pública materializaram estes procedimentos. A própria “dormência” deste loteamento (no período de 1979 a 1991 tramitou o processo de aprovação do mesmo) cumpriram este objetivo – de valorização do e no espaço. Na medida em que o entorno se “desenvolveu”, a urbanização do Campeche aumentou e o preço da terra no bairro e no LNC explodiu.

O LAC, dentro da mesma lógica geral, mas de forma particular, se constitui distintamente. As terras possuídas pelos Berenhausen, a partir da doação efetuada no governo Ivo Silveira em 1955, sofreram ocupação no início dos anos de 1980, por famílias de artesãos de baixa renda, que vislumbraram a possibilidade de ocupar um espaço com bons atributos naturais relativamente próximo do centro da cidade - local de trabalho dos mesmos -, onde poderiam viver com razoável qualidade de vida. No decorrer dos anos 80 e 90 (séc. XX) houve mudança da característica da população local. Parte das terras foi grilada, transformadas em pequenos lotes e vendidas a trabalhadores sem-teto vindos de distintos locais do estado de Santa Catarina e do Brasil, de baixa

renda e buscando terras a preço acessíveis. Constitui-se neste espaço uma comunidade (LAC), sobre restinga e dunas, sem nenhum equipamento social, água encanada, luz elétrica, arruamentos, e qualquer benfeitoria necessária à vida das aproximadamente 130 famílias residentes no local.

Diversas demandas dos proprietários legais (que haviam recebido as terras do Estado) para recuperação de posse foram feitas, o que culminou com uma determinação de reintegração, provocando a reação da comunidade. Esta se organizou para resistir à expulsão e garantir seu direito de existência no lugar e de fazer reconhecer sua legítima propriedade (afinal compraram de boa fé seus terrenos).

O governo Grando decretou a desapropriação de parte das terras (29.000 m²) e o conjunto das famílias tiveram dez dias para se localizarem dentro dessa área. Além disso, o Estado não investiu em nenhum equipamento para facilitar a existência dos moradores. Iniciativas da comunidade organizada (criaram a Associação dos Moradores da Praia das Areias do Campeche), conquistaram água e luz.

O tipo de construção, o porte, a área construída, a arquitetura das casas do LAC correspondem às condições de existência dos seus moradores (ver tabelas).

A fixação destes moradores neste local foi determinada pela dinâmica do modo de produção capitalista no Brasil, nos anos de 1980 e 1990. A crise econômica (na agricultura em particular) provocou migrações e êxodos no planalto de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e outros estados, para Florianópolis-SC, para sua região central, margens de avenidas,

baixos de viadutos, praças, fundos de vale e espaços menos valorizados. Isto em um primeiro momento, como podemos observar na tabela sobre LAC. A motivação principal desta migração não era a procura das belezas naturais, proximidade do mar, entre outros atributos naturais - valor do espaço - que tanto encantam os turistas (dos mesmos estados de origem dos atuais moradores das Areias), na temporada de verão. Era a subordinação à dura e amarga realidade de precisar garantir sua sobrevivência e a existência de suas famílias, longe da terra natal.

Em um segundo momento, a necessidade de uma localização mais segura, permanente e de melhor qualidade de vida levaram-nos a descobrir as Areias do Campeche. O tempo entre a permanência no centro da cidade, a compra dos terrenos e a construção de moradias nas areias foi muito rápido. Aliás, algumas famílias vieram direto do interior de SC ou de outros Estados para esta localidade.

O preço da terra foi o fator determinante para a fixação destas famílias nas areias.

Conforme nos adverte Moraes:

afirmar que a contradição capital-trabalho “explica” a organização do espaço no modo de produção capitalista, por exemplo, não contribui muito para o geógrafo crítico, pois tal afirmação, dada a sua generalidade, enturva justamente a compreensão da especificidade desse processo. (MORAES : 1984, p. 122)

De fato, aparentemente, não enxergamos a conexão ou determinação direta a constituição, a desconstrução e a reconstituição de formas diversificadas dos espaços nos lugares desde trabalho: Campeche, LNC e LAC.

Isto, apenas na superfície, porque quando dissecadas, esta dinâmica se apresenta de forma clara.

Esta determinação se mostra, embora nos rigores diversos e nos tempos distintos, nos arranjos também aparentemente diversos, com a mesma lógica: mudança no significado da terra, de valor de uso para os nativos anteriormente, para valor de troca a partir dos anos 50/60 do século XX. Essa troca é resultado das mudanças nos seus modos de produção da vida, antes baseado na agricultura de subsistência, da pesca e alguma comercialização de produtos, resulta da impossibilidade de manutenção desta forma de existência.

A composição de grandes glebas, para valorização de capital, é o motor que opera nestes momentos: no caso deste trabalho, Hipólito Chagas em um dos pólos e Henrique Berenhausen em outro, além de outros elementos se utilizaram mecanismos diversos para comporem seus patrimônios imobiliários.

Atualmente, além de venda de lotes de terrenos, observamos um fenômeno crescente de produção de grandes loteamentos, conforme mostram as aerofotos de 2002.

Foi apontado ainda, que qualquer processo social deve ser explicado no âmbito de discussão sobre valor e trabalho, pois são essas as categorias fundamentais da materialidade social.

Ora, o processo de valorização tem, nessas categorias, o seu modo explicativo central. Assim, a relação sociedade-espaco é,

desde logo, uma relação valor-espaço, pois, substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço e perenização (conservação) destes construtos, as modificações, quando substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor (MORAES : 1984, p.122-123)

Este processo, no Campeche em geral, desde os fins do séc. XIX, com a chegada das primeiras famílias de nativos, a constituição do bairro, nos moldes em que perdurou até os anos de 1950 (conforme aerofoto de 1938 e 1957) com seus caminhos, casas, engenhos, lavouras e ranchos de pesca. O próprio campo de aviação valorizou a antiga inabitada planície do Campeche. A dinâmica de valorização do espaço foi contínua e crescente.

A desintegração do antigo modo de vida, determinado pela nova dinâmica econômica e social no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis, um novo momento no modo de produção capitalista, implicou em uma modificação na formação do Campeche e uma crescente valorização do espaço, ganhando destaque, neste momento, elementos da natureza primeira, suas belezas naturais e localização, traços da cultura desenvolvida pelos nativos. São novas possibilidades para os agentes econômicos que passam a cobiçar aquelas terras antes não tão valorizadas.

Em primeiro momento a planície antes deserta e inóspita se transforma em um bairro coabitado por dezenas de famílias que aí constituem seu espaço de existência. Constroem caminhos para seus deslocamentos e de suas mercadorias (vide aerofotos 1937, 1957), ocupam praticamente todos os

terrenos da planície para as diversas lavouras (fato observado nas aerofotos de 1937 e 1957) e inclusive as encostas e o topo do Morro do Lampião (para culturas diversas). Constroem ranchos de pesca na praia para guardar seus barcos, redes e apetrechos de pesca.

Já as transformações mais recentes observadas nas aerofotos de 1998 e 2002, no entorno da Lagoa Pequena, apontam para uma exploração capitalista de especulação imobiliária, de implantação de infra-estrutura e constituição de loteamentos de alto padrão (com preços variando entre R\$100.000 e R\$ 400.000 cada lote), fatores esses resultantes da valorização do espaço, obtidos com tais investimentos. A intervenção foi planejada, organizada e executada, objetivando tal intento: valorização do e no espaço para maximização do capital. Intervenção esta efetuada pelos agentes imobiliários, grandes proprietários de terra, incorporadores, construtores, imobiliárias, além do próprio Estado.

Ninguém levantará dúvidas à afirmação de que formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura que ali domina. Entretanto, se esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, por outro ele expressa uma universalidade.

Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, portanto, não como panacéia teórica, mas como medição particularizadora. Cada modo de produção terá, assim, o seu modo particular de valorização. (MORAES: 1984, p. 122)

São momentos distintos: antigo Campeche, novos moradores do Campeche, LNC e LAC. Porém, são parte de um mesmo processo, o da urbanização acelerada do Brasil e de Florianópolis. Tem características peculiares, correspondendo aos tempos e realidades dos que em cada um destes momentos detinham a posse ou propriedade das terras. Terras que de valor de uso passam a valor de troca e que são utilizadas para especulação ainda a partir de pequenos loteamentos e, mais recentemente, caso dos LNC e Residencial Areias do Campeche, grandes loteamentos, com infra-estrutura pré-implantada, comercializadas a preços elevados e oferecidos a segmentos da população com renda compatíveis aos preços dos lotes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. *O lugar do público no Campeche*. Florianópolis. Dissertação de mestrado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Urbano – UFSC. 196p. Florianópolis, 1996 (mimeo)
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Imperialismo e fragmentação do espaço*. 3.ed. São Paulo : Contexto, 1991. 96p. (Coleção Repensando a Geografia)
- ALEXANDRE, Fernando. *Dicionário da Ilha: falar e falares da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : Cobra Coralina, 1994. 104p.
- ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis : Vozes, 2000.
- CAMPOS, Nazareno José. *Terras Comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : FCC/UFSC, 1991.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo : Contexto, 2001.
- _____. *A (re) produção do espaço urbano: o caso de Cotia*. São Paulo : USP, tese de doutorado, 1988.
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. *O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. 2.ed.rev. Florianópolis : UFSC, 1990. 160p.
- CARUSO, Raimundo C. ; CARUSO, Mariléa M. Leal. *Vida e cultura açoriana em Santa Catarina: 10 entrevistas com Franklin Cascaes*. Florianópolis : Cultura Catarinense, 1997. 118p.
- CATANI, Afrânio Mendes ; GENNARI, Adilson Marques, colab. *O que é capitalismo*. 31.ed. São Paulo : Brasiliense, 1992. 120p. (Coleção Primeiros Passos)
- Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA. *Unidade de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação*. Florianópolis: CECCA; Insular, 1997

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo : Ática, 1989. 96p. (Série Princípios)

FANTIN, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis : Cidade Futura, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre. Ed. Globo, 1958.

GANCHO, Cândida Vilares ; LOPES, Helena de Queiroz Ferreira ; TOLEDO, Vera Vilhena. *A posse da terra*. São Paulo : Ática, 1991. (Série Princípios)

GERAB, William Jorge ; ROSSI, Waldemar. *Indústria e trabalho no Brasil: limites e desafios*. São Paulo : Atual, 1997. 72p. (Espaço & Debate)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000*.

_____ *Municípios Brasileiros-Enciclopédia*. Rio de Janeiro, 1959 – volume XXXII

INÁCIO, Getúlio Manoel. *Deca e Zé Perri*. Porto Alegre : MeM Buss Assessoria Gráfica e Digital, 2001. 84 p.

LAGO, Mara Coelho de Souza. *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis : UFSC, 1996. 274p.

LAGO, Paulo Fernando. *Florianópolis: a polêmica urbana*. Florianópolis : Fundação Franklin Cascaes ; Palavra Comunicação, 1996. 312p.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto O município e o sistema representativo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1948.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte : UFMG, 1999. 180p. (Humanitas)

MARX, Karl. *O Capital. Livro Primeiro*. Vol. I. Cap. V. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 9.ed. São Paulo : Hucitec, 1990. 138p.

MORAES, Antonio C. Robert *et alii*. *A valorização do Espaço*. São Paulo : Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy, org. *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis : Vozes, 1982. 238p.

NEVES, Paulo César da Fonseca Neves. *Campeche revisitando seus espaços e contextos*. Florianópolis : UFSC, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3.ed. São Paulo : Ática, 1990. 88p. (Série Princípios)

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 2.ed. São Paulo : Nobel, 1993. 142p. (Coleção Espaços)

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo : Hucitec ; EDUSP, 1978. 240p. (Geografia, teoria e realidade)

SEABRA, Odete; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo : Perseu Abramo, 2000. 128p.

SILVA, Célia Maria e. *Ganchos-SC: ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira*. Florianópolis : UFSC ; FCC, 1992. 196p.

Outras fontes:

Centrais Elétricas da Santa Catarina - Celesc. *Evolução das ligações elétricas domiciliares no Bairro Campeche nos últimos anos (de 1993 a 1997)*

Grupo de estudos em habitação. Deptº Arquitetura e Urbanismo. CTC.UFSC

Legislação da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Decreto municipal nº 112, de 31 de maio de 1985 e Decreto municipal nº 135, de 05 de junho de 1988

Jornal da APUSFC. Set.99, Florianópolis-SC.

Jornal de Santa Catarina. 04.04.1986; 06.04.1986; 18.04.1986.

Diário Catarinense. 01.08.1991

O Estado. 18.08.1994; 16 e 17.06.2001.

A Notícia. 08.07.2003.

ANEXO I

FOTO 1: Barranco de antigas dunas, coloridas por material orgânico



Foto: Paulo César da Fonseca Neves

FOTO 2: Terreno plano, antes ocupado para agricultura e atualmente preparado para construções

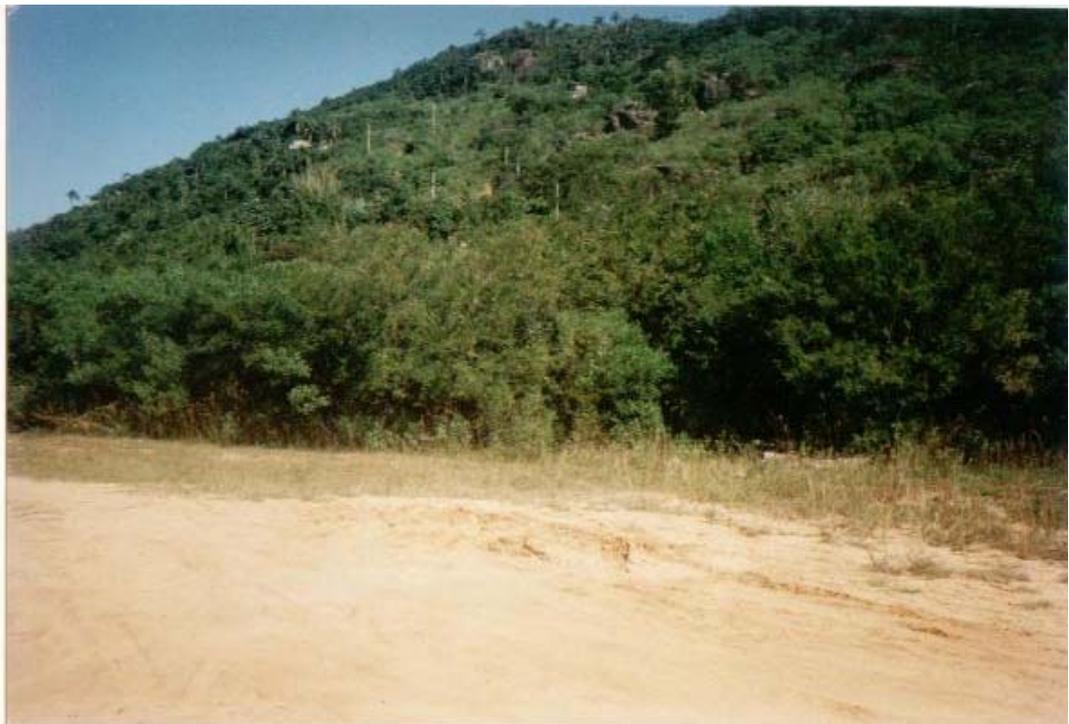


Foto: Paulo César da Fonseca Neves

ANEXO II

FOTO 3: Ação das marés e ventos expõe, freqüentemente turfeiras na praia do Campeche



Foto: Paulo César da F. Neves

FOTO 4: Vala por onde vazam, regularmente, as águas das restingas



Foto: Paulo César da F. Neves

ANEXO III

FOTO 5: Parte da restinga que cruza o Campeche do Sul ao Norte



Foto: Paulo César da F. Neves

FOTO 6: Outra vista da mesma restinga, no Campeche



Foto: Paulo César da F. Neves

ANEXO IV

Antiga casa de pedra de 1870, tombada pelo Patrimônio Histórico, porém destruída em 2002



Foto: Paulo César da F. Neves

Engenho de farinha de mandioca, ainda em atividade



Fotos: Paulo César da F. Neves

ANEXO V

Prospecto do Loteamento Residencial Morro das Pedras, contíguo ao Loteamento Areias do Campeche



ANEXO IV

Aerofoto 1: 1938

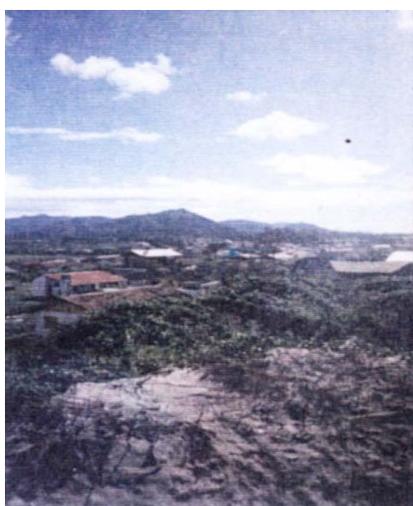
Aerofoto 2: 1957

Aerofoto 3: 1998

Aerofoto 4: 2002

ANEXO VII

Casas alagadas no entorno da Lagoa da Chica, inundadas por meses, após chuvas de 1995.



Fotos: Paulo César da F. Neves

Vala rasgada por chuva torrencial, em caminho natural das chuvas, em 1995



Foto: Diário Catarinense.1995

ANEXO VIII

Dados sócio-econômicos das famílias moradoras no Loteamento Areias do Campeche (ano base 1994)

Profissão	T.F.	TML	TMF	Razão Ocupação	Local Trab.	Observações
Doméstica	38m	15a		Co-habitação	-	
v.ambulante	24m	3a		Mor.c/sogra	-	
Pedreiro	33a	29a				
Faxineira	63m	3m		Proc Emp/Doença	Castanheiras	
Serv Gerais	33a	3a		Compra Terreno	Aposentado	
Motorista	31a	12a		Compra Terreno	Seguro INSS	
Artesão	28a	15a			Pça XV	
Zeladora	36a			\$ Terra	SE Saúde	
Serv Gerais	77a	10a		Sossego	UFSC	
Serv Gerais	310a	30a		Aluguel	UFSC	
Minerador	52a			Deslizamento	Aposentado	
Secretária	24a	14a		Compra Terreno	Eletrosul	
Serv Pedreiro	43a	3a		Casa Propria	Autonomo	
Faxineira	53a	5a		Aluguel	Agronomica	
	33m	3m				
lavadeira	78a	8a		Aluguel		
Pedreiro	32m	4m				
	44a	4a		Melhorar de Vida		
Carpinteiro	63a	3a		Compra Terreno	Bairro	
Do lar	66m	14a		Aluguel		
Pintor	46a	11a		Ganhou Cesar S		
Faxineira	64a	4a		Proc Empr		
Biscate	4					
	41m					
Vigia		1m				
Alfaiate	22a	6a		Casa Propria	Aposentado	
Balconista	48a	8a		Melhorar de Vida	No local	
Faxineira	74a	6a		Proc Empr		
Costureira Ind	39m	2,5a			Fab. RioTav	
Amolador	68a	14a			Centro	
Comerciária	43a				Bairro	
	42a	2a				
Faxineira	32a	2a			Desempregada	
Doméstica	36m	6m			São José	
Balconista	31a	5a			Comper-Trind	
Serv Gerais	68a	8a			Em casa	
Faxineira	44a	4a		Melhorar de Vida	Campeche	
Artesa	21a	6a		Melhorar de Vida	Pça XV	
Operária	23a	11a			Fab de Choc	
Artesão	44a	4a		Proc Empr	Pedreiro Aut	Comp Dedé 90 150m \$200
Serv Gerais	5					
	42a	13a		Aluguel		Brusque
Artesã	59a	9a		Melhorar de Vida	Em casa	
Motorista Onibus	33a			Casa maior		Transol
	26a	11a			Em casa	
Comerciante	35a	8a			Autonomo	
Faxineira	7				Autonomo	
Aj Geral	3				Rio Tavares	
vendedora	34a	24a		aluguel	desempregada	

	3					
	3					
balconista	44a	4a	proc trab	centro		
aj pedreiro	32a	25a	enxurrada na casa	desempregado		comprou terreno barato
motorista	96m	6m	aluguel	desempregado		vieram do IlhaContinente
Pedreiro	31m	6a	aluguel	autonomo		vieram do IlhaContinente
	21m	3m		desempregada		vieram do IlhaContinente
Pedreiro	32m	2m	aluguel	autonomo		
auxadministrat.	3	33a		funcpublico		
vendedora	34a		aluguel	em casa		recebe 60/100 do s.m.= reais 60,00 (em 1994)
Artesã	614a	30a	sair da rua	praça XV		renda = 1,5 s.m.
	32a	2a		aposentada		em 03/93 pagaram terreno e casa = 125.000,00
carpinteiro	46m	6m		autonomo		3 s.m.
Pintor	58m	10a	casa propria	autonomo		recebe 220,00
	2					comprou por: 5.500,00 - 500,00 + 20 X 250,00
	310m	11a	trabal. E estudar	desempregada		
	21a		casa de praia	após.Celesc		era casa de praia.agora moradia definit.
jardineiro/artesão	10a	12a	rua(ponte)			morava em baixo da ponte
Padeiro	31m			shop.Itaguaçu		R\$385,00
	2					grávida de 7 meses
superv.segurança	31,5a	50	compra	Transp.Valores		2,5 s.m.
Artesão/pintor	56a	6a	aluguel	autonomo		artesão Praça XV R\$ 130,00
Pintor	25a	6a	Aluguel	Autonomo		
Comerciante	32a	2a				
Minerador	25a	10a		Apos/autonomo		
Pedreiro	33a	3a		Autonomo		
Artesão	54a	5a	Comprou lote	Autonomo		
Miitar	21a	4a	Comprou lote	Aposentado		
Confeiteiro	32a	6a	Aluguel	Sup Smonica		
Zelador	11m		CompCasa4500	Desempregado		1,5SM(Seg. Desemprego)
	3					
Servente	56a	24a	Comprou lote	FunPubFed		4,5SM
Sev Pedreiro	4			Desempredao		1SM
Serv Pedreiro	3					1SM
Artesão	14a	21a	Casa Propria			1,5SM
	82m	2m		Pensionista		1SM
Carpinteiro	22,5a	20a		Autonomo		3,5SM
Do lar	9			Desempreg		2SM
Pedreiro	7			Autonomo		
Confeiteira	12		Aluguel	Autonomo		2SM
	210m	10m		Aposentada		2SM
Pedreiro	27m					1SM
	3			Autonomo		

Faxineira	1		20a			2SM
Do lar	4	2m	18a	Aluguel		
Do lar	8		1,5a			1sm
Doméstica	4					
	2				Autonomo	
					Aposent	1sm
Doméstica	4	2m	11a		Autonomo	1sm
	2				Pensionista	1sm
Serv Pedreiro	2	5a		Comprou lote	Campeche	1,5sm
Faxineira	4					
Faxineira	4	2m	10a	Aluguel		
Pedreiro	4	4a	4a	Aluguel		1sm
Serv Gerais	6	5m				
Faxineira	3	9m	9m	Emprego	Sco Limões	1SM
Servente	3	2a	26a	Compra Terreno	Daaniela	1SM
Jardineiro	6	4a	4a	Preço da Terra	Autonomo	2SM
Artesão	1	6a	6a	Volta ao lar	Aut.Pça XV	3sm
Vendedor	2	5m			Aut. Abril	2,5sm
Faxineira	3	1,5a	6a	Aluguel	Centro	1SM
	4	1a				
Servente	4	6a	6a	Proc Empr	Campeche	1SM
Servente	3	7a	10a			2SM
Carpinteiro	4	5a	32a	Aluguel	Desemp	3sm
Faxineira	3	1,5a	10a	Compra Terreno	Autonomo	2SM
	7	7m	18a			
Do lar	4	1a	1a			
Pedreiro	4	5m	5a		Autonomo	2sm
Biscate	3	3m	1a	Casa Propria		

ANEXO IX

Dados sócio-econômicos das famílias moradoras no Loteamento Novo Campeche

Morador	Idade	Estado de Origem	Profissão	Tamanho da família	No local desde
1.	27 30	SP SP	Modelo Profissional Publicitária	4	1995
2.	32 30	RS PR	Engenheiro eletrônico Dona de casa	3	1997
3.	56	SC	Aposentada	3	1999
4.	36 35	RS RS	Arquiteto Estudante (pós-graduação)	3	1998
5.	66 65	RS RS	Juiz (aposentado) Pintora	2	2000
6.	33 34	Fpolis Fpolis	Funcionário público Delegada	4	1999
7.	33 34	SP SP	Empresário Empresária	2	1998
8.	58	RS	Aposentado (B.Brasil)	2	1997
9.	36 36	SP SP	Professor universitário Professora universitária	4	1998
10.	42 32	SP SC	Representante comercial Jornalista	4	2000
11.	40 47	SP SP	Funcionário Público Federal Publicitária	4	1997
12.	38 40	SC SC	Empresário Arquiteta	4	1998
13.	43 28	SC SC	Jornalista Professora	2	1999
14.	45 44	SC RS	Funcionário Público Federal Arquiteta	6	1995
15.	32	RS	Informática	4	1997
16.	63 60	SP SP	Empresário (corretor de imóveis) Dona de casa	9	1998
17.	43 43	RS RS	Engenheiro Elétrico Arquiteta	2	1999
18.	68 68	RS RS	Funcionário Público Dona de casa	3	1998
19.	50 30	RS RS	Representante comercial Dona de casa	4	1996
20.	40 40	RS RS	Funcionário Público Federal Funcionário Público Federal	3	1996
21.	58 53	SP SP	Aposentado Dona de casa	3	1999
22.	34 32	SC SC	Representante comercial Estudante (pós-graduação)	2	1997

Total de famílias pesquisadas: 22 famílias

Total de famílias residentes no local: 70 famílias

ANEXO X

Fonte de referência

- Celesc: *Evolução das ligações elétricas domiciliares no Bairro Campeche nos últimos anos* (de 1993 a 1997)
- Grupo de estudos em habitação. Deptº Arquitetura e Urbanismo. CTC.UFSC
- Legislação da Prefeitura Municipal de Florianópolis.
 - Decreto municipal nº 112, de 31 de maio de 1985
 - Decreto municipal nº 135, de 05 de junho de 1988

Material da imprensa

- Jornal de Santa Catarina. *Empresário derrubam barraco no Campeche e cercam até as dunas*. Florianópolis, 04.04.1986.
- Jornal de Santa Catarina. *Famílias invadem dunas do Campeche*. Florianópolis, 06.04.1986.
- Jornal de Santa Catarina. *Prefeitura paralisa ação no Campeche/Moradores vão à Câmara e criticam o prefeito*. Florianópolis, 18.04.1986.
- Diário Catarinense. *Juiz manda despejar 110 famílias*. Florianópolis, 01.08.1991
- O Estado. *Grando impede a retirada de 100 famílias*. Florianópolis, 18.08.1994
- O Estado. *Areias agoniza por falta de urbanização*. 16 e 17.06.2001.
- A Notícia. *Câmara tenta derrubar liminar que impede votação: legislativo quer apreciar plano do Campeche em agosto*. Florianópolis, 08.07.2003.